

ATA N.º 8/2015:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2015:

No dia quinze de abril de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, na Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano (freguesia de Quinta do Anjo), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Maria da Natividade Charneca Coelho, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Eduardo Alexandre Godinho Ferro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O **Sr. Presidente** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que, na sequência do pedido de substituição para esta reunião, apresentado pela Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, convocou o Sr. Dr. Eduardo Alexandre Godinho Ferro para o substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (anexo à ata como documento n.º 1).

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária de Bombeiros de Pinhal Novo

PONTO 2 – Aprovação do relatório de resultados do período de discussão pública do Plano de Pormenor dos Bacelos – Quinta do Anjo – e respetivo relatório ambiental

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro à Associação dos Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Palmela

PONTO 4 – Empreitada de “Execução da rotunda na EN 379” – alteração da geometria do nó e trabalhos a menos - ratificação

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro às instituições parceiras do 50⁺ - Programa de exercício

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Sociedade Recreativa e Cultural do Povo – Bairro Alentejano para a realização da 18.ª estafeta de Palmela e da 14.ª mini-estafeta no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Atletismo

PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de Palmela – Festa das Vindimas

PONTO 8 – Apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para realização da 20.ª Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão em Fernando Pó e Feira de Vinhos do Concelho de Palmela

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** explica que nas reuniões descentralizadas inverte-se a metodologia de funcionamento para possibilitar o período da Intervenção do público no seu início. Segue-se o Período Antes da Ordem do Dia e a Ordem do Dia.

SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE QUINTA DO ANJO

O **Sr. Presidente** destaca que a presente reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a “Semana das Freguesias”. A semana dedicada à freguesia de Quinta do Anjo decorre de 13 a 17 de abril. Passa a descrever, sumariamente, o programa de trabalho:

Dia 13 (segunda-feira) – Ocorreram várias reuniões internas com os Diretores de Departamento e Chefes de Divisão da Autarquia para fazer o ponto de situação de diversos problemas e discutir diferentes processos respeitantes a esta freguesia.

Dia 14 (terça-feira) – Durante a manhã, realizou-se uma produtiva reunião de trabalho com o Executivo da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo para trocar ideias e identificar as principais prioridades, tendo sido apresentado um extenso caderno reivindicativo por parte do Executivo da Junta. Analisou-se o trabalho quanto ao grau de execução dos diversos Acordos de Execução e Protocolos estabelecidos com a Junta de Freguesia.

A tarde foi dedicada às questões da Saúde, que muito preocupam a generalidade das populações de norte a sul do país. As questões da Saúde continuam a ser alvo de uma especial atenção no ciclo de trabalho dedicado às freguesias, porque o Executivo Municipal quer ver no terreno se os dados respeitantes aos utentes, com e sem médico de família, fornecidos pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT), coincidem. Para além disso, o tempo é sempre aproveitado para falar com utentes e com os profissionais de saúde, ficando, assim, a conhecer outros problemas que permitem ao Sr. Vereador Adilo Costa confrontar o Sr. Coordenador do Agrupamento de Centros de Saúde Arrábida (ACES da Arrábida), onde se inclui o Centro de Saúde de Palmela, na reunião que se vai realizar na próxima quinta-feira.

Constataram-se algumas dificuldades e muitos utentes estão a descoberto, ou seja, sem médico de família. Mas, a maior preocupação prende-se com os profissionais na área da enfermagem porque onde antes havia cinco enfermeiros, presentemente ficaram reduzidos a dois. Não obstante essas dificuldades, existe muito boa vontade e muita dedicação dos profissionais de saúde e dos auxiliares.

Percebeu-se que urge exigir à ARSLVT, mas em primeiro lugar ao Sr. Coordenador do ACES da Arrábida uma outra atenção, porque ter os médicos a prazo ou a fazer meia-dúzia de horas, não funciona. Quanto muito funciona para aqueles que, felizmente, conseguem ter médico de família ou ter as suas consultas programadas, mas a generalidade das pessoas acabam por ser “empurradas” para o privado ou para as urgências dos hospitais.

Ocorreu, também, uma reunião com a Comissão de Administração da Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) da Quinta da Torre - Marquesas I e III para avaliar o trabalho de infraestruturização em curso. Trata-se de um processo complicado e que envolve grande coragem das Comissões de Administração para organizar as vontades de todos os coproprietários e para que as pessoas paguem as comparticipações das obras. Aliado a isso, juntam-se as complicações das regras urbanísticas. Nessa sessão de trabalho, houve a oportunidade de verificar que depois das infraestruturas da água e da eletricidade, começaram as obras dos esgotos e algumas vias já se encontram preparadas para o asfaltamento. A Autarquia fez a Estrada das Fontainhas e a dos Cabeços Ruivos que não estava prevista no plano. Ficou por concluir um troço até à circular norte da Volkswagen Autoeuropa, mas a responsabilidade é da Comissão da AUGI. O que se encontra contratualizado é aquela que a Comissão da AUGI tem a seu cargo, as infraestruturas dos esgotos nos demais arruamentos e, posteriormente, completa o asfaltamento da estrada. Para isso acontecer, está a ser feita a infraestruturização de uma rua lateral que, a ser pavimentada, permitirá que o trânsito seja desviado por aí, de modo a que os trabalhos decorram com mais celeridade. Dessa reunião, o Executivo Municipal trouxe uma série de pedidos, de cadernos de encargos e de preocupações manifestadas. Deste modo é que tem interesse, porque é preciso haver compromissos.

Dia 15 (quarta-feira) – Na parte da manhã, do corrente dia, foram realizadas uma série de visitas, nomeadamente:

- À Rua Manuel Ferreira Calote, em Cabanas. Esse arruamento vai ser infraestruturado com esgotos, cujos trabalhos têm início previsto para dentro de uma a duas semanas;
- À escola de Cabanas para verificar a necessidade de algumas ações de conservação;
- À Rua de Goa, em Cabanas. Esse arruamento foi infraestruturado com esgotos e é uma das poucas ruas ‘que vem da serra’ e que não se encontra pavimentada. O concurso está a decorrer para se proceder à pavimentação, o que deverá ocorrer em junho do corrente ano;

- À zona de Vila Amélia, onde se encontram um conjunto de empresas – as empresas acrescentam valor aos territórios, dão emprego e pagam os seus impostos no concelho. Trata-se de um território 'mal resolvido' e com carência de algumas infraestruturas. A Autarquia conseguiu, no final do ano passado e princípio deste ano, proceder ao asfaltamento da rua de acesso à Etiforma – Sociedade Europeia de Etiquetas, Lda., à construção de uma rotunda e à colocação de sinalização horizontal;
- À Estrada de Vila Amélia, conhecida também como Estrada Xavier de Lima ou Estrada dos Quatro Castelos. Trata-se de uma obra muito "pesada" financeiramente para o Município. Garante que esta estrada vai ser pavimentada por troços. Há que começar algum dia, caso contrário nunca será feita;
- À Rua 25 de Abril e Rua Fernando Pessoa que mereceram um pavimento novo. Tratou-se de um investimento no total de 59.000 euros;
- À Estrada de Cabeços Ruivos, cujo investimento ascendeu a 51.000 euros;
- Ao Mercado de Cabanas. A Junta de Freguesia de Quinta do Anjo efetuou uma pintura interior e uma "lavagem de cara", mas o edifício necessita de uma obra de maior envergadura que o Município pretende assumir. Na próxima revisão ao Orçamento que ocorre no dia 29 de abril, será integrada a obra, num investimento de 7.500 euros para pintura, rever o estado das caixilharias e janelas. O Mercado em causa bem merece uma intervenção, quer para os clientes, quer para os vendedores, terem melhores condições.

O **Sr. Presidente** aproveita para referir que, este ano, a fiscalização municipal detetou alguns problemas no Bairro Alentejano. Tratam-se, essencialmente, de questões de limpeza e de outras que merecerão, em breve, a atenção do Sr. Vereador Adilo Costa.

No período da tarde, ocorreu uma conversa com os ovelheiros. Estes andam muito preocupados e têm razões para isso. É uma vida difícil. O problema do licenciamento dos ovis e os constrangimentos à atividade são muitos. Os legisladores fazem muitas leis, mas, por vezes, conhecem pouco a vida das pessoas. É a Câmara Municipal, a entidade que está perto das pessoas e, por isso, estive a discutir com a Associação Regional dos Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida (ARCOLSA) as soluções para a legalização de algumas atividades. Considera que, a exemplo da certificação do Queijo de Azeitão (que afinal é da Quinta do Anjo), está na altura de iniciar o processo tendente à certificação da manteiga de ovelha e, quiçá, do próprio requeijão. Lembra que são esses selos de qualidade que fazem com que alguns desses produtos passem a ser mais valorizados.

Dia 16 (quinta-feira) – Vão decorrer visitas às empresas do Parque Industrial de Vila Amélia e, ainda, uma reunião com a Coordenação da Escola Básica António Matos Fortuna, com a coordenação do agrupamento e com os pais;

Dia 17 (sexta-feira) – O executivo municipal vai fazer atendimentos dos munícipes. Posteriormente, vai haver uma conferência de imprensa para fazer o balanço da semana dedicada à freguesia de Quinta do Anjo.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Agradecendo a presença do público, o **Sr. Presidente** menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

Dá a palavra a quem queira intervir.

Sr. Florentino José, residente no Bairro Valente (1.)

Aproveita para deixar os agradecimentos pelo facto de terem sido colocados, hoje de manhã, os dois contentores do lixo que haviam sido solicitados. Contudo, a localização parece não ser a melhor, pedindo para que sejam removidos para outro local, para que deixe de existir a lixeira junto ao cruzamento onde os caixotes do lixo foram colocados.

Pede para que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo não esqueçam o Bairro Valente.

Termina com a solicitação para que o executivo municipal volte a colocar os nomes dos arruamentos como se encontravam no passado e, se fosse possível, proceda à instalação de sinalização vertical com os limites de velocidade.

Sr. Orlando Lopes, Presidente da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano (2.)

Começa por referir que vai fazer uma intervenção dividida, até porque é representante de várias entidades, nomeadamente:

- Presidente da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano (SRCP Bairro Alentejano) – encontra-se a concluir o seu terceiro mandato de dois anos mas há mais de trinta anos que está ligado à Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano. Considera que é hora de mudar os corpos sociais da coletividade e de ter gente com novas ideias;
- Presidente da Administração da Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) do Extremo Norte de Palmela – Bela Vista (AUGI da Belavista);
- Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano (ARPIBA).

Vai centrar a sua intervenção sobre a Sociedade Recreativa e Cultural do Bairro Alentejano e a AUGI da Belavista, porque os demais colegas que o acompanham vão intervir em nome da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano.

Destaca que o Bairro Alentejano já foi uma zona de referência no concelho de Palmela, mas hoje parece que já não o é. Esse é o sentimento dos residentes do bairro. Adverte o executivo municipal e o pessoal técnico da Câmara Municipal que o bairro não é um “mar de rosas”. O Bairro Alentejano, assim como o Bairro dos Marinheiros, cresceu muito. E cresceu graças à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. No entanto, há uns anos a esta parte, *«o bebé cresceu e foi à vida e os pais deixaram andar o bebé à deriva. Agora já é crescido mas, periodicamente ainda se lembra da teta da mãe, porque a teta secou, e a mãe já não se lembra que o filho existe; mas o filho sente a falta dessa mãe.»* Está a brincar com o assunto para tentar reduzir a pressão que sente porque tem o coração a “bombar” e porque sente no íntimo o que está a dizer.

Esteve estabelecido no Bairro Alentejano durante 23 anos e há 6 anos que deixou de ser residente, mas continua a dar apoio porque gosta muito do bairro. Foi nele que criou 2 filhos, passou a sua juventude e aprendeu muito.

Quanto à Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano

Houve uma pessoa que se chegou a ele e disse-lhe que *‘não devia ter cedido a sala à Câmara para realização da reunião’*. Mas, é preciso atender a que a sala foi construída com o dinheiro da Câmara Municipal, a mão dos sócios e os donativos das pessoas que, na altura, ajudaram. O edifício também é pertença da Câmara Municipal de Palmela, pese embora a Autarquia já não o reconheça. Refere-se concretamente às ajudas que deixaram de ter.

Relembra que a Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano tem atividades desportivas e culturais, aulas de música, ginástica, judo, outras atividades físicas e um grupo coral. Todas essas iniciativas são desenvolvidas apenas com o dinheiro que é realizado no bar. Os pais dos alunos que frequentam as aulas também contribuem com o pagamento de uma mensalidade, mas fazem-no com alguma dificuldade. Vários alunos da ginástica e do judo abandonaram as aulas, em virtude de os seus pais não terem capacidade financeira para suportar a prática. Contrapondo, a Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano reduziu o pagamento, mediante o agregado familiar, para ver se as crianças e jovens continuam a participar nas atividades.

Chama a atenção para o facto de que a iniciativa ‘Estafeta de Palmela’ chegou a receber 5.000 euros por parte da Autarquia, sendo que no ano passado foi concedido apenas o montante de 300 euros e, provavelmente, no corrente ano sucederá o mesmo. Em virtude da verba atribuída, a Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano apresentou um saldo negativo de, praticamente, 3.000 euros na execução da 17.^a Estafeta de Palmela. A coletividade não possui condições financeiras para assumir esse risco, porque o seu fundo de

maneiro, neste momento, serve apenas para pagar às funcionárias e os compromissos com a Autoridade Tributária e Aduaneira e o pagamento da electricidade à EDP.

Demonstra a sua preocupação porque o Bairro está a perder valências. Por exemplo, recentemente perdeu-se a Caixa Automática Multibanco (ATM), e que foi uma 'luta' da coletividade com o apoio da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Desapareceu e muito dificilmente vai regressar. Foi-lhe transmitido que o *pseudo* Posto dos Correios vai encerrar. Já manifestou a sua preocupação ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Relata que um residente veio ter com ele e disse: *"O Senhor ainda é o Presidente da coletividade, então faça alguma coisa para que nós possamos continuar a pagar o telefone e receber a pensão ali, naquela papelaria, porque ela vai fechar."* Mais foi dito que o lojista solicitou ajuda ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia e a resposta que recebeu foi: *"Então, se o Senhor se vai embora, que vá"*. Não acredita que essas palavras tenham sido proferidas, até porque conhece bem o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Sr. Valentim Pinto.

Alega que os residentes do Bairro Alentejano não têm acesso aos transportes e os reformados não têm como se deslocar ao Barreiro ou a Coima para receber a sua pensão e pagar as suas contas. Podiam fazê-lo no multibanco e na papelaria, mas o multibanco já não é opção, restando apenas a papelaria. Desconhece o que se passa, mas ao que parece existe um problema de legalização e determinados formalismos que estão complicados entre o lojista e a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia. A verdade é que as dificuldades que estão a ser sentidas pelo lojista vão contribuir para o encerramento da papelaria e, com isso, o fecho da "delegação dos CTT" (CTT - Correios de Portugal, S.A.) no bairro. A acontecer, é algo que fará muita falta à população residente.

Relembra que há dias faleceu o Presidente da Mesa da Assembleia-geral da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, o amigo Joaquim Sousa. Aproveita para agradecer à Câmara Municipal de Palmela e à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo por terem participado nas exéquias. Esta morte foi um choque, porque tinham estado reunidos na segunda-feira à noite na coletividade e o Sr. Joaquim Sousa levou para casa trabalho pois estava a preparar a reunião com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, mas às duas horas da manhã "foi-se embora". Deseja que descanse em paz e garante que a Sociedade em causa vai continuar a sua luta. Essa é a aposta, pois querem honrar o Sr. Joaquim Sousa e dar continuidade aos projetos que ele tinha em mãos.

Reconhece que não é fácil à Câmara Municipal ajudar mais a Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, em virtude das suas próprias dificuldades financeiras e porque a ajuda prestada não é só financeira, também presta ajuda a nível logístico. Recentemente a Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano não recebeu qualquer ajuda. Informa que, trimestralmente, têm de pagar entre 3.000 a 4.000 mil euros de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). É certo que o IVA é pago pelos consumidores, mas é o IVA que

arruína o comércio. A Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano cumpre escrupulosamente todas as suas obrigações perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, o Instituto da Segurança Social, I.P., e as suas funcionárias, pois estas possuem contratos e são pagas as respetivas contribuições ao Instituto de Segurança Social.

Relembra a todos os autarcas presentes nesta reunião que a Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano faz falta a Palmela, ao povo do Bairro Alentejano e do Bairro dos Marinheiros. Esta Sociedade, segundo sua opinião, é imortal e deve continuar, assim a Câmara Municipal de Palmela continue a dar os “empurrões” possíveis.

Quanto à AUGI da Bela Vista

Alude a que foram realizadas reuniões com o Sr. Presidente da Câmara, enquanto ainda era Vereador, com a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, a Sra. Eng.ª Vanda Branco e o Sr. Dr. Vítor Hugo têm estado a trabalhar no processo junto com o Gabinete Jurídico da Câmara Municipal, a fim de encontrar soluções para algumas situações pontuais para que possa ser aliviada a “pressão”, na medida em que têm uma grande dívida à Câmara Municipal e, dificilmente, vão conseguir liquidá-la. Com isso em mente, no próximo dia 18 de maio, vai ser realizada uma Assembleia de Proprietários, na sede do Grupo Folclórico Danças e Cânticos de Olhos de Água, para apresentação pública das contas. O tempo está a passar e quanto mais tempo passa maior é a dívida. Acredita que vão ser encontradas soluções.

Afirma que a coletividade gosta muito de receber bem quem os visita e, ao contrário do que possa parecer das suas palavras, estão disponíveis para servir ambos os Executivos, quer Municipal, quer da Junta de Freguesia, até ao fechar da porta. Se, porventura, quando estiverem nos seus gabinetes constatarem que uma moeda cai ao chão, solicita que a apanhem e a remetam para o Bairro Alentejano.

Sra. Lurdes Santos, residente na Rua dos Maios (3.)

É residente na Rua dos Maios há 16 anos e encontra-se a pagar 600 euros de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), mas não possui nem saneamento, nem alcatrão. Chama a atenção para o facto de que no seu arruamento existe saneamento. Alude a que foram construídas duas moradias geminadas, uma para a frente e outra para trás, e foram instalados esgotos num troço de cinquenta metros. Acontece que, às vezes, os esgotos escorrem rua abaixo porque não têm profundidade suficiente para escoar. Para além disso, ficou com a impressão, que ontem ou antes do ontem, foi efetuada outra ligação ao coletor. Tratando-se de uma rua com 200 metros não compreende porque não se encontra feita a ligação do saneamento, tanto mais que paga tanto valor paga de IMI.

Sr. Leandro Almeida, Presidente da Associação de Moradores da Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) da Quinta da Marquesa II – 1.ª Fase (4.)

Refere que não podia deixar de participar na presente reunião descentralizada e manifestar a sua satisfação pelo facto de a Câmara Municipal, ao longo dos anos, realizar as “Semanas das Freguesias”.

Informa que a rua referida pela anterior locutora é a Rua Luís Vaz de Camões, conhecida como a Rua do Reanso, o massagista. Antes de terminar a Rua Luís Vaz de Camões e iniciar-se a Rua Luísa Tody foram construídas duas moradias pelas Construções Bernardino Mendes & Filhos, Lda. e ligaram o saneamento às infraestruturas que a AUGI da Quinta da Marquesa II construiu em 1995. As novas construções que foram aparecendo e que confrontam com a urbanização foram fazendo o mesmo. Contudo, o escoamento faz-se com dificuldade. Recentemente foi construída uma moradia na Rua Sebastião da Gama e, para que fosse possível a ligação à rede, o proprietário teve de fazer uma estação elevatória. O que se passa com as duas moradias em apreço é um problema de cota, pois o coletor encontra-se a uma cota de cerca de 300 metros, mas o arruamento está a uma cota inferior. A situação é do conhecimento do Sr. Presidente.

Pintura das placas centrais

Considera que, a exemplo do que foi feito no cruzamento dos Olhos de Água (interseção da estrada Olhos de Água/Palmela com a de Pinhal Novo/Quinta do Anjo) e na rotunda da Makro - Makro Cash & Carry Portugal, S.A. (interseção da estrada da coca-cola/Makro/Quinta do Conde), é necessário que a Câmara Municipal proceda à pintura das placas centrais de acesso à AUGI da Quinta da Marquesa II. Igual tratamento deve ser dispensado à placa central localizada em frente à sede da Associação de Moradores da AUGI da Quinta da Marquesa II porque está com muito mau aspeto, bem como no entroncamento da Rua Luís Vaz de Camões com a Rua Luísa Tody.

Proibição de estacionamento de pesados

Requer a colocação de sinalização vertical proibindo o estacionamento de viaturas pesadas no entroncamento Rua Luís Vaz de Camões com a Rua Luísa Tody, porque os pesados ao circularem nessa rua deterioram a placa central e os lancis. Quando se deslocou para assistir à presente reunião estavam duas viaturas pesadas estacionadas à porta das vivendas.

Lomba redutora de velocidade

Solicita que, à semelhança do que foi feito pela Câmara Municipal no Bairro Valente (entroncamento Bairro Assunção com a Quinta da Marquesa II), há cerca de um ou dois anos, fosse colocada uma lombada redutora de velocidade com sinalização no entroncamento da Rua Luís Vaz de Camões com a Rua Luísa Tody, porque os condutores circulam a velocidades “loucas”. Muitos dos condutores entram no referido entroncamento para fugir ao congestionamento de tráfego que se forma antes da rotunda de saída.

Colocação de ecopontos

Alega que, por mais do que uma vez, solicitou que fossem instalados mais ecopontos no loteamento, pois estes só existem junto a uma zona verde perto do restaurante São José. Por exemplo, próximo do minimercado da Luzia existe sempre muita quantidade de cartão e garrafas. Numa Assembleia de Freguesia denunciou a situação. Na sequência, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo deslocou um vidrão que se encontrava junto do restaurante Portagem, que se encontra encerrado há mais de dois anos, e instalou-o junto ao espaço de lazer da Associação. O problema foi resolvido em parte, porque continuam a verificar-se grandes quantidades de cartão a ser depositadas nos contentores de resíduos sólidos urbanos (RSU). O número de ecopontos é insuficiente e assiste-se a pessoas a utilizar os contentores de RSU para colocação de vidros e papelões, pois não estão para se deslocarem tantos metros para depositar nos ecopontos respetivos.

Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)

Denuncia que diariamente vão 3 ou 4 pessoas aos contentores de RSU com um gancho retiram os sacos do lixo que se encontram depositados e colocam-nos no chão. Abrem-nos e escolhem algo que desconhece. Vão-se embora, deixando o lixo no chão. Da janela da sua cozinha assiste a esse procedimento, porque observa os 2 contentores de RSU instalados na Rua José Saramago. Vários são os residentes que já reclamaram da situação, mas ela persiste. Solicitou à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo que proceda a uma maior limpeza do chão circundante aos contentores de RSU.

Sr. Francisco Colaço (5.)

O caso que vem apresentar é simples e, por ser simples, não compreende porque é que até à data ainda não foi resolvido. Em várias partes do país constata-se a existência de placas informativas que assinalam a entrada e a saída das localidades. Na zona existem bairros e, como não existem localidades propriamente ditas, não há nenhuma placa informativa indicativa onde é o Bairro Alentejano, o Bairro dos Marinheiros e os restantes bairros. Pergunta se o motivo se prende com o facto de os bairros se encontrarem muito juntos e, assim, seja difícil identificar onde começa um e acaba o outro. Se for esse o caso, sugere que se crie um nome novo que possa identificar toda a vasta área. Desse modo, passava a haver uma localidade e, dentro dela, os respetivos bairros.

Sr. Fernando Santos, residente no Bairro Alentejano (6.)

Pretende apresentar questões que considera importantes.

Cuidados de Saúde

Trata-se de uma situação antiga e muito dramática. Possuem posto médico, mas com médico a prazo. É claramente insuficiente. Os residentes são pessoas com dignidade e, por isso,

merecem mais respeito por parte de todas as forças políticas, quer a nível nacional, quer a nível local. Não pretende excluir ninguém propositadamente, porque não quer que o acusem de ser parcial.

Educação

Refere que há mais de 30 anos que luta pela educação naquela região. As crianças, quando terminam o 1.º ciclo do ensino básico continuam a deixar de estudar na freguesia e no concelho, e vão ter aulas na Moita ou no Barreiro.

Não compreende por que razão nunca foi construída uma escola do 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico. Lembra que chegou a haver conversações com a Câmara Municipal da Moita e com a Câmara Municipal do Barreiro com esse objetivo, mas não deu em nada.

Segurança

O bairro e a freguesia simplesmente não são servidos de segurança. Costuma dizer que *'é mais fácil um ladrão fazer ali um assalto e chegar ao aeroporto, do que a GNR [Guarda Nacional Republicana] chegar ao Bairro Alentejano'*.

Estacionamento

Trata-se de uma questão simples mas que afeta muitos dos residentes do Bairro Alentejano: o estacionamento. Pensa que o executivo municipal, os serviços técnicos da Câmara Municipal e a Junta de Freguesia deviam dar uma volta pelas ruas do bairro para falar com os residentes.

As ruas são muito estreitas – se dois veículos automóveis estacionarem lado a lado mais ninguém passa. Portanto, a solução é estacionarem em cima dos passeios. Acontece que a maioria das pessoas já tem uma certa idade e tem de procurar o espaço para transitar nos passeios. Talvez fosse possível pensar na elaboração de um estudo para que a circulação do tráfego passasse a ser num único sentido, fazendo-se o estacionamento apenas num dos lados, seria algo que beneficiaria toda a população.

Termina, deixando um apelo às pessoas que contestam a vinda da Câmara Municipal e afirmam que *'não têm nada de vir para aqui cheirar'* ou perguntam *'por que é que cederam a sala'*, que se deixem de comentários, porque estão errados. Muitas das vezes também critica a atuação da Autarquia, mas é capaz de o dizer face a face, não manda dizer pelo vizinho. Esse modo de proceder está errado e faz com que a Câmara Municipal hoje não cumpra com o que devia cumprir a nível do associativismo, mas que deve ser repensado, pois o Bairro Alentejano também tem direito como tem o Palmelense Futebol Clube, o Clube Desportivo Pinhalnovense ou a Associação das Festas de Palmela (Festa das Vindimas) ou a Casa do Benfica que, ainda recentemente, recebeu um subsídio não se sabe para quê. Para a coletividade do Bairro Alentejano, como diz o outro: *'Conta para a mala, zero!'*

Agradece a presença do executivo municipal. Faz votos para que não se esqueçam de que enquanto for vivo, pela educação, saúde e associativismo daquela terra há-de sempre lutar.

Sr. Joaquim Maria, residente no Bairro Sousa Cintra (7.)

As questões que pretende apresentar já são conhecidas do executivo camarário, mas ainda não se encontram resolvidas.

Estrada de Vila Amélia

Alude à informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de que a Estrada de Vila Amélia vai ser pavimentada por troços. Espera que o começo da obra se inicie pela construção da rotunda que tantas vezes tem defendido e que permita que o trânsito fluísse para a Quinta do Conde e a Penalva. Se alguém 'mais ligado' à Câmara Municipal tivesse de passar por ali para ir no sentido de Palmela, quiçá, a dita rotunda já estivesse construída. No período da manhã, aquele local, é um pandemónio. É raro o dia em que não há ali um acidente. Uma rotunda simples resolveria o problema. Existe espaço suficiente. A situação piorou a partir do momento em que foi feito o túnel da Quinta do Conde.

Bermas

Passa a comentar sobre arruamentos que foram asfaltados, um deles refere-se a uma obra do Município de Palmela e do Município do Barreiro. Pena que tenham deixado as bermas no estado em que se encontram. A estrada está tão bonita e as bermas apresentam montes de terra. Em alguns locais apresentam entre 10 a 15 centímetros de altura porque a estrada não estava bem regularizada. Se os carros pisarem fora do asfalto arriscam-se a não conseguir regressar à estrada. A situação merece ser intervencionada.

Bairro Sousa Cintra

Sobre a Rua José Afonso, no Bairro Sousa Cintra, há um compromisso da Câmara Municipal para asfaltar aquele arruamento. Na altura, quando o Sr. Presidente era Vereador este assunto foi tratado, mas o tempo passou e nunca mais houve resolução. É certo que não possuía água nem saneamento e quando foi eleito o Sr. Presidente fez um excelente trabalho, porque tratou essas questões. Mas, atendendo a que falta o asfaltamento da rua, a sua pergunta é: para quando. Faz votos para que seja para breve, porque os residentes já pagaram à Câmara Municipal o que lhes foi solicitado quanto às infraestruturas.

Política de Transportes

Pese embora tenha já reunido com o Sr. Vereador Luís Calha e o vá fazer outra vez nesta semana, questiona sobre a política que a Câmara Municipal tem para as colectividades no que a transportes diz respeito.

Alude a que o Sr. Presidente da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano não mencionou uma questão que considera importante mencionar: ele é o responsável do Grupo Coral e é ele quem mais utiliza os transportes em nome da coletividade. Nos últimos anos têm sido 'massacrados' com isso e quer que as pessoas saibam como os responsáveis da colectividade 'sofrem' para conseguir manter o Grupo Coral. Quando vão atuar representam o concelho de Palmela, mas pagam para isso. O Grupo Coral gosta do cante alentejano e, por demais, o cante alentejano tem o renome acrescentado. Julga que a Câmara Municipal também deve assumir mais responsabilidades. Reconhece que Palmela não é um concelho alentejano, mas deslocaram-se, por exemplo, a Estremoz para representar o concelho num encontro de poetas e solicitou o empréstimo de um carro e tiveram de pagar 300 euros. Tendo em conta que é tudo gente de uma certa idade, com reformas mínimas, este valor é muito dinheiro! O Sr. Presidente da coletividade também já se queixou que as verbas são poucas e, por isso, são os membros do Grupo Coral que têm de suportar os custos. Quando chegaram a Estremoz não são identificados com o Bairro Alentejano, mas sim como a "malta de Palmela".

Sr. Pedro Nunes (8.)

Alude que vem apresentar um assunto que já há uns anos tinha sido referenciado naquele mesmo local mas, pelos vistos, não foi tomado em conta. Considera que quando aparecer a conta para que a Câmara Municipal pague, talvez "abram os olhos":

. Na Rua Luís Vaz de Camões, cada vez que chove, a água corre desde lá de cima até à farmácia e entra apenas numa ou duas sarjetas localizadas a meio da estrada. Quando a água chega lá à parte de baixo, junto à conduta, incha, e o alcatrão vai subindo. Qualquer dia, ao passar 1 carro ou 2, o chão abate e estes ficam lá dentro. A Sra. Vereadora Adília Candeias pode confirmar isso mesmo. O entroncamento em frente à farmácia possui 2 sarjetas, mas a água passa por cima. Acrescenta que o mesmo acontece em todas as ruas que vêm lá de cima até cá abaixo. Por exemplo: a Rua Força do Povo chega a ser uma autêntica piscina. Na Rua do Pinhal acontece o mesmo. Solicita que a Câmara Municipal tome atenção a este tipo de questões, pois "qualquer dia o acidente acontece e depois é a televisão que vai ao bairro, mas a conta vai para Palmela!".

Sra. Julieta Rodrigues (9.)

Coloca as seguintes questões, sendo que a primeira delas já é recorrente:

. Pretende saber o ponto de situação sobre a construção da estrada alternativa à EN 379 ou (como é conhecida) a ligação no final da 5 de outubro;

. Ao que parece os Transportes Sul do Tejo, S.A. (TST) estão a desistir da carreira experimental. Pessoalmente, tal facto, deixa-a perplexa. Considerando que a freguesia de

Quinta do Anjo possui cerca de 10.000 habitantes, e desses, com certeza que algumas centenas trabalham fora da freguesia. Assim, não compreende como é que com tanta população e com tanta a gente a movimentar-se na freguesia os TST não conseguem manter esta carreira a funcionar.

Sra. Helena Candeias, membro da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano (ARPIBA) (10.)

Refere que o Bairro Alentejano, e todas as localidades limítrofes, têm um índice muito elevado de idosos e muitos desses idosos precisam urgentemente de apoio domiciliário. Outros frequentam o Centro de Dia pelas mais variadas razões: dificuldades de mobilidade, doenças incapacitantes, avanço da idade ou só porque estão sós.

A ARPIBA, neste momento, tem tudo pronto para começar uma obra mas, infelizmente, não tem verba. A obra ultrapassa os 500.000 euros e não é com almoços e excursões que se consegue angariar tão avultada verba, mas é o que têm estado a fazer. A pretensão é a de vir conseguir rapidamente atingir verba para iniciar os trabalhos. Logicamente, também sabe que não é a Câmara Municipal que vai financiar a obra. Acontece que, neste momento, não possuem sede própria e funcionam nas instalações da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano por caridade. Para além disso, a ARPIBA encontra-se presentemente numa situação mais "fragilizada" em virtude do falecimento do amigo Sr. Joaquim Sousa, Secretário da Direção da ARPIBA. Era ele quem mantinha o contato direto com todos os organismos e instituições sobre candidaturas e apoios para esse tipo de equipamentos. Apela ao apoio da Câmara Municipal no sentido de informar a ARPIBA se vier a ter conhecimento de algum tipo de apoio do governo ou do exterior para os fins que a Associação prossegue.

Face às questões suscitadas pelos Srs. Municípes, o Sr. Presidente presta as seguintes explicações/esclarecimentos:

. Em resposta ao Sr. Florentino José, residente no Bairro Valente (1.)

Contentores

O pedido do reforço dos contentores estava feito e só foi possível concretizá-lo agora. Informa que a Autarquia não compra contentores individuais, mas efetua a aquisição de uma centena por ano, mediante empreitada. Assim que estes sejam rececionados procedem à substituição dos que são necessários e ao reforço em zonas que são identificadas.

Quanto à sua realocização, os serviços técnicos vão contactá-lo para estudarem melhor a realocização. Sabe que houve uma deslocação ao local, mas possivelmente não houve

possibilidade de encontrar o Sr. Município. Assegura que o membro do Gabinete da Participação e Cidadania, Dr. António Mestre, há-de mediar esse encontro para ver a situação.

Toponímia

Trata-se de uma zona que começou de génese ilegal e que confina com o concelho da Moita que tem já os topónimos atribuídos. Não é possível prolongar o mesmo nome de topónimo da Moita para dentro de uma outra zona cujas ruas, do ponto de vista jurídico, não são 'ainda' públicas, ou seja, aqueles arruamentos ainda estão em terrenos privados e pertencem aos residentes. Não é possível trazer a reunião de Câmara a atribuição de topónimos até que seja decidida a situação dos terrenos. Até lá, é necessário arranjar uma solução para que possam ter as ruas identificadas. A questão precisa de ser discutida, em primeiro lugar, com a Comissão de Toponímia, mas fica o compromisso para que o assunto seja analisado em conjunto.

Abastecimento de água

O compromisso da Autarquia é o de continuar a estudar a solução, técnica e financeiramente. Já foi estudada a vinda da zona das Marquesas, mas mantém-se o problema do atravessamento da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E..

Presentemente decorrem contatos com o Município da Moita e haverá de conseguir-se uma solução para que seja discutida entre todos os interessados, porque o Município tem de ter a garantia que as famílias se ligam, na medida em que não é viável que se faça um prolongamento de 100.000 ou 200.000 euros, para somente fazer a ligação a 3 ou 4 habitações. A Autarquia vai continuar a trabalhar nesse sentido e partilhará a informação com os residentes.

. Em resposta ao Sr. Orlando Lopes, Presidente da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano (2.)

O associativismo é um dos grandes valores da Democracia e é uma escola de comportamento democrático. O associativismo e as coletividades são as verdadeiras "casas do povo" e a identidade de muitas comunidades, porque quando as comunidades começam a formar vem gente de várias proveniências, mas é nesses espaços coletivos que se cria alguma união e autoestima. Não quer dizer que, por vezes, não existam aborrecimentos, mas quem abraça essas causas sabe que o percurso tem altos e baixos; tem momentos de grandes alegrias, mas também é um caminho com muitos "espinhos".

Sabe do que fala porque desde os 13 anos de idade que tem essa experiência e reconhece que as pessoas que se dedicam às associações têm uma grande capacidade de resistência e de luta contra as adversidades; sabem "beber" dos momentos bons as forças para superar os momentos maus e as fraquezas. A vida de um país, de uma coletividade e a vida pessoal de cada um tem esses ciclos.

Falou-se em apoios e ajudas mas os presentes parecem esquecer em que país se vive e o que têm sido os últimos anos. Fala-se de dificuldades, mas as autarquias também foram atingidas. As dificuldades sentidas pelas autarquias são comuns às das associações e às das famílias. O que pode ser feito é: proceder a uma avaliação e se algumas medidas que foram tomadas, se alguns dos sacrifícios feitos, foram decisões acertadas para que possam levantar a cabeça.

Foram pedidos sacrifícios e cobraram-se mais impostos, mas também cortaram na Saúde, na Educação, na Cultura, nos Transportes e nas Autarquias Locais. Palmela não foi caso único, mas, mesmo assim, o Executivo Municipal, apesar de muitas dificuldades, nunca abandonou ninguém e encontra-se a fazer um caminho de retoma do apoio.

Concretamente não se pode falar que a Autarquia deixou de prestar ajuda, porque efetivamente o apoio logístico custa milhares de euros à Câmara Municipal. Pessoalmente é defensor daqueles que defendem a contabilidade analítica, porque, desta maneira, é possível demonstrar a cada associação quanto custa o tipo de apoio; quanto custa, por exemplo, uma brigada de 3 homens e uma viatura para transportar baias, para montar um pórtico, ou marcar um percurso ou realizar uma outra qualquer atividade. O caso é simples de entender: só quando se contrata esses serviços a uma empresa é que se tem a noção de quanto custa um determinado tipo de apoio.

Recentemente a Autarquia fez algo importante para algumas atividades. No concelho existe uma grande festa em cada freguesia e a Câmara Municipal em vez de realizar as instalações elétricas, as baixadas e o passar dos cabos por administração direta (primeiro, porque não possui pessoal suficiente - nos últimos quatro anos a Autarquia foi obrigada a reduzir pessoal, cem pessoas ao todo - e, segundo, porque não foi autorizada a contratar), passou a fazer a adjudicação anual dessas montagens (passar cabos, instalar quadros elétricos e contadores, efetuar ligações a pavilhões e palcos, fiscalizar e certificar). Essa adjudicação anual custa aos cofres do Município mais de 40.000 euros, acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal.

Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) do Extremo Norte de Palmela – Bela Vista (AUGI da Bela Vista)

Aproveita para recordar que um dos compromissos eleitorais da maioria em exercício foi cumprido nos primeiros 6 meses de mandato – a alteração do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, a alteração da possibilidade das AUGI's poderem proceder à divisão da coisa comum com um mínimo de infraestruturas e sem terem as taxas todas pagas e, desse modo, chegar à figura do licenciamento condicionado. Por outras palavras, a Autarquia tem estado a tentar facilitar para que esses processos de reconversão sejam mais rápidos. Naturalmente há problemas jurídicos muito complexos que são do conhecimento do Sr. Orlando Lopes, mas crê que a Câmara Municipal tem estado sempre com o jurista da AUGI da Bela Vista do lado da solução, na tentativa de encontrar a solução. Garante que continuarão a trabalhar em conjunto,

porque a Autarquia não quer que o investimento que a AUGI da Bela Vista fez se perca. Não se trata somente de uma questão de investimento, ou de dinheiro, é que ali está o sonho de muitas pessoas de puderem ter um lote, uma casa e um local sossegado para viver. Muito já se encontra feito e era muito mau perder-se. Portanto, a Autarquia mantém-se disponível para encontrar a solução em conjunto.

Caixa Automático Multibanco (ATM)

Informa que ontem falou com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre o caso da caixa ATM e sabe que o Sr. Presidente não parou as diligências. Foram contactadas entidades bancárias, mas subsistem muitas dúvidas porque existem regras.

CTT - Correios de Portugal, S.A.

Relembra que nem sequer a Quinta do Anjo possui uma Estação de Correios e que tudo isso é o resultado do facto de os CTT terem deixado de ser públicos. O que devia estar a ser reivindicado era uma extensão, um polo dos CTT. Contudo, quem quiser ter uma extensão recebe 'meia dúzia de tostões' e as juntas de freguesia são chantageadas para ficarem com uma série de tarefas. Os encerramentos ocorridos um pouco por todo o lado, fazem com que as populações fiquem desgovernadas e, às vezes, parece que ficam com o ónus de tentarem resolver a situação.

Os representantes mais próximos das populações, os autarcas, podem fazer muitas moções, 'guerrear' com os CTT, mas isso é-lhes indiferente. Aproveita para esclarecer que o assunto nada tem a ver com o licenciamento da papelaria e desconhece que tenha havido alguma ação de fiscalização por parte da Autarquia sobre a atividade económica do lojista que o impeça de continuar. O que pode estar em causa é o facto de a atividade não ser rentável, ou do lojista em causa não pretender continuar com a atividade, ou por outros motivos que desconhece.

Contudo, alerta que o encerramento de serviços (estações de correios, extensões de saúde, juntas de freguesia, entre outros) faz parte da estratégia de quem governa, de fugir das populações e depois elas que se queixam à Câmara Municipal. Pode haver Srs. Vereadores que não concordem com a afirmação feita, mas estão presentes várias forças políticas neste órgão e, na verdade, cada um tem as suas responsabilidades na governação do país. Por exemplo, faz falta uma cadeira de rodas na Extensão de Saúde. Um utente que não consiga deslocar-se é colocado numa cadeira normal e depois uma pessoa pega num lado e outra no outro e quase que andam com a pessoa ao colo. A maioria em exercício já pensou mesmo em contactar uma instituição e comprar uma cadeira de rodas, mas questiona se essa é a solução, pois quem tem a responsabilidade pelo Centro de Saúde é o Governo e o Ministério da Saúde, não é a Câmara Municipal, nem a Junta de Freguesia, nem uma Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS). O dinheiro da Câmara é pouco e tem de ser utilizado para muitas das ações que já foram referidas nesta reunião, em diversas intervenções, como sendo prioritárias e necessárias.

Para além disso, a Lei especifica quais são as competências das câmaras municipais, das juntas de freguesia e do governo.

As questões suscitadas nesta reunião merecem reflexão e as populações devem escrutinar a quem é que têm de pedir responsabilidades. Como representante das populações, o executivo municipal, independentemente do partido político que cada um representa, tem a responsabilidade de denunciar as situações e de junto dessas instituições pressionar, reivindicar, para que elas não abandonem as populações do concelho. O que não pode acontecer é serem eles a assumir esse problema, sob pena de não cumprirem aqueles que lhes compete resolver.

Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano (ARPIBA)

O projeto da ARPIBA é um projeto necessário para a comunidade. Trata-se de um projeto de sonho, a exemplo do que aconteceu com o da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano e que, felizmente foi, concretizado.

A melhor homenagem que pode ser prestada ao camarada Sousa é a de continuar a trabalhar, não desistir, apesar de, por vezes, haver um certo cansaço, até porque são sempre os mesmos a trabalhar, e o dinheiro é escasso. É necessário o esforço de todos e procurar o envolvimento de mulheres e jovens. Garante que a Autarquia não os desampará e estará presente, tal como esteve nos tempos menos bons.

. Em resposta à Sra. Lurdes Santos, residente na Rua dos Maios (3.)

Pessoalmente não conhece o problema, porque nunca lhe foi presente. Realça que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho tem o pelouro das águas e do saneamento, pelo que o assunto foi anotado e vai ser estudado tecnicamente para ver que solução é possível implementar. Posteriormente, será contactada para ser devidamente informada.

Sublinha que o interesse da Autarquia é ter o maior número de pessoas ligadas à rede. Se as moradias das pessoas se encontrarem ligadas, pagam na fatura da água o saneamento e a recolha do lixo. De outra forma não pagam nada. O investimento foi feito e se a questão se prende somente por mais cinquenta metros, também não será por aí que não será feito. Para além disso, a legislação atual já prevê que as casas que se encontrem abaixo da cota devem ter uma pequena bomba. Não se trata de uma estação elevatória, que custa dezenas de milhares de euros, mas de algo que comparativamente são 'tostões'. Além disso, deve ser instalado um mecanismo (uma válvula antirretorno) para que não haja a possibilidade de as águas sujas retornarem às habitações. Portanto, o assunto vai ser cuidado. A questão relativa ao alcatroamento terá de ser vista mais tarde. É preciso ir aos poucos.

As questões de mobilidade têm de ser partilhadas com os Municípios da Moita e do Barreiro. A Câmara Municipal de Palmela contactou com a Câmara Municipal do Barreiro no sentido de tratar

as bermas. Ontem mesmo viu como é a necessidade de atuar num concelho como o de Palmela e solicitou-se à fiscalização para se deslocarem ao bairro, porque estava a ser feito um talude de terra entre um muro novo e a berma. As terras foram retiradas, mas o talude está a ser feito na Rua Vasco da Gama, arruamento que pertence ao Município do Barreiro. Não é fácil gerir as situações ao pormenor, mas a Câmara Municipal de Palmela está atenta e sabe os caminhos a seguir.

. Em resposta ao Sr. Leandro Almeida, Presidente da Associação de Moradores da Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) da Quinta da Marquesa II – 1.ª Fase (4.)

Pintura das placas centrais

A sugestão da pintura do separador central foi anotada.

Sublinha que o concelho de Palmela é muito extenso (comparativamente o concelho do Barreiro tem 34 km² de área e o concelho da Moita 54 km² de área. Contudo, só a freguesia de Quinta do Anjo possui 55 km² de área). Não é fácil chegar a todo o lado, sobretudo, porque em 2005 a Autarquia possuía brigadas de rede viária com 30 pessoas e hoje tem apenas 8 ou 9 e para eles virem pintar os separadores centrais deixam de colocar alcatrão, e quando colocam alcatrão deixam de limpar valetas. É intenção da Câmara Municipal reforçar este ano as equipas com 12 operacionais. O grande entrave tem sido a Lei do Orçamento Geral do Estado, mas antes do final do ano pode ser que se consiga fazer a entrada desse número de pessoas.

Proibição de estacionamento de pesados

Reconhece que se trata de um pedido antigo e solicita para que a Sra. Vereadora Adília Candeias analise com os serviços.

Lombas redutoras de velocidade

A colocação de lombas redutoras de velocidade é muito discutível. A Proteção Civil desaconselha esse tipo de dispositivos em virtude do transporte de doentes críticos como, por exemplo, os politraumatizados. Mas, às vezes não há outra solução. O assunto vai ser estudado e analisado pelos serviços, porque existem ruas de acesso mais rápido por onde as ambulâncias podem circular e outras mais interiores.

Colocação de Ecopontos

A distribuição dos Ecopontos obedece a um rácio pelo número de habitantes. A Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (AMARSUL) considera que com esse rácio o Ecoponto existente é o suficiente para aquela população. Como é evidente a Autarquia não concorda porque, primeiro, o território do concelho é de 470 km² e, segundo, porque um rácio para concelhos que são eminentemente urbanos não pode ser igual para concelhos que são eminentemente rurais, como é o caso do de Palmela. Não que isso seja um problema, pelo

contrário, é motivo de muito orgulho e é essa a sua riqueza porque tem tudo, desde cidades ao rural profundo. O assunto será discutido com a AMARSUL.

Alude ao novo plano para os resíduos. O que existe é privatizado, mas, ainda assim, vai haver regras novas da distância do serviço (a distância do contentor, a distância do ecoponto). Pessoalmente considera que essas regras são metas ambiciosas e é preciso ver se são cumpridas. A Autarquia anda a estudar com a AMARSUL se vale a pena os ecopontos com boca apertada ou se é preferível outro tipo de contentor. O novo Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Higiene e Limpeza do concelho de Palmela, que esteve em discussão pública, já recebeu contributos da entidade reguladora, e está em análise jurídica. Esse regulamento tem de contemplar as distâncias, e a Câmara Municipal tem de respeitar as distâncias que a AMARSUL permitir, porque obrigatoriamente tem de pertencer à AMARSUL.

. Em resposta ao Sr. Francisco Colaço (5.)

A questão da delimitação das localidades é uma “dor de cabeça” e não é caso único o que foi apresentado. Cada vez que o executivo municipal reúne no Poceirão leva uma “tareia”. Geralmente as pessoas têm necessidade deste tipo de delimitação quando vão numa estrada nacional ou estrada municipal e a referida estrada atravessa uma localidade. Essa delimitação baseia-se no Plano Diretor Municipal onde se encontra desenhado o perímetro do aglomerado urbano e diz que a partir desse perímetro só existe construção dispersa. Depois basta imaginar o caso da Agualva, que se encontra dividida em Agualva de Cima e Agualva de Baixo.

A Autarquia baseia-se em toponímia muito antiga. O Pinhal da Marquesa não é fruto de um acaso, é porque havia uma Marquesa, e o mesmo sucede com a Quinta da Torre. Refere que teve o cuidado de se deslocar ao Serviço Militar onde consultou as cartas militares de 1969 e surge o nome de umas Sesmarias. Existem mais situações ‘engraçadas’. Por exemplo, comumente chama-se Venda do Alcaide ao local onde se encontra a estação de caminho-de-ferro. Na verdade, a Venda do Alcaide estende-se até à Lagoa da Palha. Para delimitar com o nome exato, a Autarquia teria de colocar uma placa a dizer “Venda do Alcaide” junto do Vale da Vila, o que seria motivo para apanhar uma “tareia”, ser corrido a chumbo, ou ser ofendido. A colocação da placa de delimitação das localidades não é fácil quando o aglomerado tem várias entradas e se apresenta disperso.

A questão do nome único só será possível se a população assim o decidir. Pessoalmente tem reservas. Para além disso, recorda-lhe as diligências da alteração do nome das freguesias na sequência da Lei da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica que resultou na união de freguesias. As pessoas simplesmente não querem ficar com o nome de outra freguesia. Todavia, compromete-se a fazer a delimitação nas zonas onde tal seja possível, porque depois o território não ‘bate certo’. Assegura que não é uma questão de poupança de placas, mas por se tratar de um exercício complicado.

. Em resposta ao Sr. Fernando Santos, residente no Bairro Alentejano (6.)

Destaca que o Sr. Fernando Santos falou em pilares da Democracia e recorda um tema de Sérgio Godinho quando esse canta: *"Só há liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação"*. Esse sonho teve avanços e, ultimamente, tem tido grandes recuos.

Cuidados de Saúde

O executivo da Câmara Municipal vai pressionar para que haja um reforço, pois o médico não pode estar presente apenas meia dúzia de horas - na prática são três meios-dias por mês.

Na área da Saúde existem aspetos positivos: Portugal tem um sistema de Saúde com bons profissionais, com vacinação e Saúde materno-infantil que faz um excelente trabalho. No entanto, nas consultas de medicina familiar planificada, e outras, é um descalabro.

O executivo municipal visitou uma Extensão de Saúde onde os enfermeiros se queixaram até das orientações havidas para reduzir necessidades 'simples', como por exemplo, para aqueles tratamentos diários que as pessoas vão fazer – desde injeções a pensos. Opina que este não deve ser o caminho.

Educação

A Educação que está nas competências das câmaras municipais (o pré-escolar e o 1º ciclo) está à vista; fez-se muito e deram-se saltos qualitativos. Há que continuar a trabalhar.

A Câmara Municipal tem o seu plano de investimentos para o corrente ano, e para o ano está previsto a realização de grandes beneficiações na escola, que, depois de feita, tem de ser conservada para que a qualidade se mantenha.

Quanto ao 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário é uma "dor de cabeça" e faz lembrar o que são as opções do resto do país, pois, encerra-se um centro de saúde e transporta-se o pessoal; encerra-se uma junta de freguesia e transporta-se o pessoal. Até dá a sensação que temos muita oferta de transportes. Lamenta não ter ainda conseguido criar um grupo significativo de alunos que pudesse estudar nas escolas do concelho. Destaca que a rede escolar não é definida só pela Câmara Municipal, mas, também, pelo Ministério da Educação e Ciência. As autarquias vão fazendo 'pressões' e nem sempre são ouvidas.

Segurança

A Câmara Municipal de Palmela estava convencida que depois do investimento feito para a construção do Quartel do Destacamento Territorial de Palmela da Guarda Nacional Republicana (GNR) iria passar a ter vários militares, uns para andar a cavalo por esses campos, outros binómio homem/cão para andarem na rua e muitos outros a fazerem policiamento. Mas afinal, as instalações excelentes que existem abrigam os militares de Palmela e de Setúbal e o

Destacamento Territorial encontra-se criado apenas no papel. Essa não é, logicamente, a solução. A Autarquia continua a denunciar esse aspeto e procura sensibilizar a GNR para ser mais visível em certas zonas. Por exemplo, nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI's) após a construção de infraestruturas ou colocação de equipamento, comumente são roubadas tampas de saneamento, sumidouros, marcos de incêndio e sinais de trânsito. Portanto, a GNR precisa andar na rua, fazer policiamento de proximidade. A GNR diz: *'Só temos dois carros para o concelho. Agora recebemos um, mas só pode andar em autoestrada porque é baixinho. É todo bonito, mas não pode ir para alguns sítios'*.

Estacionamento

Recorda que há 8 anos foi feito um estudo de sentidos alternados que, inclusivamente, esteve em exposição na coletividade. Houve quem se pronunciasse. Houve ruas em que foi consensual manter o sentido único e outras em que os moradores acharam preferível deixar como estava.

Depois há que perceber a génese do aglomerado, porque se se tratasse de um deserto e se avançasse para um loteamento, havia regras a obedecer (6,5 metros ao eixo da via, um a dois lugares de estacionamento no interior do lote, sendo que um dentro da garagem e outro no logradouro). Agora o problema é que o loteamento não 'nasceu' assim. Não se trata de uma cidade, mas de uma comunidade de vizinhança e é preciso que se dêem bem.

Se a Câmara Municipal viesse a implantar no terreno aquilo que os moradores já chegaram a apresentar e que passava por desenhar no pavimento, o resultado seria uma chicana, porque praticamente todos os lotes possuem uma entrada para a garagem. Não é fácil, mas poder-se-á estudar a possibilidade de alternar sentidos. Para tal, é preciso haver algum bom senso.

Especifica que nos loteamentos pequenos que vão 'nascendo' em redor do bairro, as regras já podem ser impostas, tanto que se nota que há mais largura e existe estacionamento fora dos lotes. Na zona mais consolidada, infelizmente, não é possível resolver do modo como a Câmara Municipal gostaria.

. Em resposta ao Sr. Joaquim Maria, residente no Bairro Sousa Cintra (7.)

Estrada de Vila Amélia

Trata-se de uma zona de confluência de quatro concelhos: Barreiro, Palmela, Setúbal e Sesimbra. Há que obedecer às regras para o espaço público. A rotunda encontra-se projetada e desenhada há muitos anos. Existem estabelecimentos comerciais que dão para a estrada e que não podem ter acessos (entrada e saída) para a rotunda. É uma rotunda que tem uns braços com uns raios de curvatura para camiões TIR (Transporte Internacional Rodoviário) com semiatrelado. Trata-se de algo muito complexo. Como já disse: a rotunda encontra-se desenhada e existe valor estimado, uma vez que é uma obra de grande monta, a ser feita, não permitiria que a Autarquia fizesse muitas outras intervenções, quer na freguesia de Quinta do

Anjo, quer no restante concelho. Está em condições de adiantar que os Municípios de Palmela, Setúbal e Barreiro apresentaram uma candidatura conjunta ao atual Quadro Estratégico Comunitário para a estratégia de desenvolvimento integrado da Área Metropolitana de Lisboa integrado num eixo de programa de requalificação das acessibilidades para as zonas industriais. O objetivo é, precisamente, a construção de uma grande rotunda, a beneficiação das estradas confinantes, bem como as ligações à estação de caminho de ferro de Penalva e de Coina. Quanto a Palmela, existe o interesse de fazer a Estrada de Vila Amélia e a Estrada dos Quatro Castelos. Por ora, é esperar para ver o que é que o Quadro Estratégico Comunitário tem reservado.

É preciso ressaltar que a Autarquia não está parada, nem anda a “dormir”. Caso não haja possibilidade de executar a rotunda em causa, por motivos de ordem técnica ou financeira, está em desenvolvimento um estudo de semaforização. Para além disso, vão ser realizadas pinturas no pavimento com barras de stop com triângulo e drenagem de águas.

Este assunto tem sido discutido porque, conforme mencionado, é um problema gravíssimo e perigoso às horas de ponta. Certamente que será encontrada uma solução. Se não for a rotunda, será com a implantação da sinalização semafórica, tendo como objetivo o de melhorar as condições de segurança no local. Quanto à pavimentação da estrada não há outra hipótese se não a da intervenção por troços, com início onde for mais necessário, ou seja, onde o tapete estiver em piores condições.

Bermas

Fazer as duas estradas foi um ‘milagre’, porque foi fazer mais do que estava comprometido. A empresa não fez o arranjo das bermas, porque não estava no orçamento. Só assim foi possível fazer a estrada. O pessoal da Autarquia irá passar para colocar *touvenant* nas bermas. Claro que ficava mais satisfeito se o Município do Barreiro fizesse algo, porque Palmela fez uma intervenção na estrada. Adianta que está a ser objeto de negociação e, quiçá, pode ser que venha a haver uma ajuda.

Bairro Sousa Cintra

A Rua José Afonso e a Travessa do Limoeiro são, efetivamente, um compromisso. Em altura de dificuldades, que ainda não acabaram, considerou-se que se teria de ir fazendo algo e concluiu-se a rede de água e procedeu-se à instalação da drenagem de águas pluviais. A pavimentação encontra-se prevista no Plano de Investimentos da Autarquia para 2016, pelo que, nesse ano, será uma realidade.

Política de Transportes

O executivo municipal está sempre disponível para fazer comparações, isso não significa comparar o incomparável, mas sim: explicar. Considera muito positivo que os subsídios sejam públicos, mas as pessoas não podem ler só o que vem publicado no jornal; têm de ler as

propostas para se inteirarem e ficarem esclarecidas. Por exemplo, a Casa do Benfica recebeu um subsídio porque tem basquetebol e ocupa muitos jovens. Para isso utiliza o pavilhão que está sob a gestão da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E. M. Unipessoal, Lda., e que só sobrevive pelos preços simbólicos que pratica.

Quanto à política de transportes, não está em causa se o Município concede transporte uma vez por ano, ou duas, ou três a cada coletividade. A Autarquia tenta disponibilizar, no mínimo, um transporte por ano, mas, se for possível, dois ou três para determinadas situações. É fundamental pensar que, o tempo em que os motoristas podiam fazer horas extraordinárias sem limite: acabou. A implementação do tacógrafo digital é obrigatória. Por exemplo, um motorista que fizesse um transporte num domingo com regresso às três horas da manhã, e depois o mesmo autocarro partir às cinco horas e trinta minutos para transportar crianças, não é possível. Esse motorista seria preso e, também, o executivo municipal, porque o motorista tem de obedecer a determinados períodos de descanso. Para além disso, a Câmara Municipal não dispõe de uma forte frota de transportes, pois, se assim fosse, garantiria os transportes no concelho, e faria o que os Transportes Sul do Tejo, S.A. (TST) desistiram de fazer na freguesia de Quinta do Anjo. A responsabilidade prioritária são os transportes escolares. O que está estipulado é: uma vez ao fim de semana, mas pode acontecer, durante a semana, depois do transporte escolar. Imagine-se ir a Lisboa e voltar dentro desse período, nesse caso perfeito. A isso chama-se gestão, planificação. É nessas circunstâncias que, por vezes, parece que uns recebem mais do que outros; simplesmente aconteceu, porque foi possível. A Autarquia está sempre disponível para analisar as situações, mas as opções têm de ser bem explicadas.

Quanto à política de apoio ao movimento associativo menciona que, pese embora a crise, os apoios não acabaram, ocorreram mesmo apoios significativos. Quanto à afirmação de que esses apoios *'foram só para alguns'*, é certo que sim, mas há que analisar todas as variáveis envolvidas. Acontece que houve coletividades que concorreram a fundos comunitários e que viram o seu projeto aprovado. Essas oportunidades são únicas e não podem ser desperdiçadas. Se uma obra é de, por exemplo, 100.000 euros, o financiamento atribuído for de 70.000 euros, e a coletividade só tiver em caixa 15.000 euros, julga que é importante que a Câmara Municipal conceda o apoio que falta, mediante a realização de um protocolo. Quando se fazem comparações com os outros é importante estudar os assuntos para ver qual é a política da Autarquia e os critérios envolvidos. Havia o compromisso de retomar o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo. Este foi aprovado e está em vigor. Todavia, ressalva que não se trata de distribuir equitativamente verbas e/ou apoios, pois existem critérios a ter em conta, como sejam, por exemplo, os apoios à atividade, ou a pequenas obras, ou a grandes obras que forem objeto de candidatura e do estabelecimento de contratos-programa. Havia quem criticasse durante uma ou duas dezenas de anos a gestão da maioria CDU na Câmara Municipal de Palmela, exatamente porque consideravam que a Autarquia concedia demasiados apoios à

cultura, ao desporto e às festas locais. Não se pode ter memória curta. Eram concedidos apoios. Todavia, tiveram de ser 'travados', porque a Autarquia deixou de ter o volume de receitas provenientes do urbanismo e das transferências do Orçamento Geral do Estado como tinha anteriormente. Apesar de tudo, não aumentou a tarifa da água, nem a taxa dos esgotos, se bem que para continuar a ter as taxas mais baratas da Área Metropolitana de Lisboa e para sanar as dívidas teve de se aumentar o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Agora está a ser feito o caminho inverso: o IMI, assim como outros impostos estão a baixar. Neste contexto, o ter-se conseguir juntar para o desporto, a cultura, a juventude e a ação social, uma verba de 100.000 euros no que respeita ao apoio às entidades é muito bom. Aconselha que, quem se candidatou a apoios deve aguardar pela decisão final e, só depois, terá a oportunidade de confirmar se os seus projetos foram bem ou mal avaliados, conquanto sejam para as áreas constantes do regulamento em vigor, caso contrário, ter-se-á de abdicar em outras áreas, como por exemplo, para as funções sociais que alguns dos presentes consideraram prioritárias.

O movimento associativo, tal como a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e as famílias tiveram de aprender a viver de forma diferente. Isto não significa que o que foi feito no passado tenha sido esbanjamento, pois ocorreu num contexto que permitiu outro tipo de ações. Havia dinheiro, gastou-se e investiu-se. A prova deste investimento é o próprio edifício da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, assim como os próprios hábitos da população.

. Em resposta ao Sr. Pedro Nunes (8.)

Afiança que os serviços vão verificar se, de facto, há um problema com os sumidouros; por estarem mais altos do que o pavimento, ou consoante a inclinação da estrada, ou se estes estão assoreados com areia.

Quanto ao termo usado de "abrir os olhos", garante que o assunto está mais do que estudado e obedece a outra solução. O que se encontra projetado é para que pudesse haver outros loteamentos nos quais a rede pluvial pudesse ligar-se para as águas serem entregues nas linhas de água. Os projetos existem, mas a Autarquia não pode 'obrigar' a fazer quem hoje não quer investir na construção. Assim sendo, só se pode contar com a rede existente. Esta está incompleta.

Pese embora essa situação, existem soluções técnicas que evitam que os coletores entrem em carga. Isso está a ser estudado. Caso se verifique um sintoma de algum abatimento através de uma perda de água num coletor, a Autarquia antecipar-se-á ao problema. Até lá, é monitorizar para ver o que é que se passa. Pode dar-se o caso de ser um problema de obstrução. A responsabilidade da Autarquia é a de estudar e tentar perceber o que é que se consegue fazer com os recursos disponíveis, sem estar a contar com os loteamentos que deviam dar continuidade. Até que isso aconteça, é necessário encontrar soluções transitórias.

. Em resposta à Sra. Julieta Rodrigues (9.)

Variante à zona do "Palmela Village"

Essa via continua a ser consignada no Plano Diretor Municipal (PDM), pois existe um espaço canal para a mesma. O que está contratualizado com os promotores do loteamento é que esta seja construída quando arrancar a chamada "Quinta do Anjo Village", ao lado do "Palmela Village". Não acredita que isso possa acontecer nos próximos anos, dada a forma como o ramo imobiliário se encontra atualmente.

Trata-se de uma zona de Reserva Ecológica Nacional (REN) que precisa de ser desafetada. Pode ser que isso se consiga no âmbito da revisão ao PDM e que as entidades envolvidas: a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) e outras aprovelem essa desafetação. Infelizmente, a dinâmica urbanística não tem ajudado a que a solução possa ser mais célere, mas, em termos de planeamento do território, a Autarquia continua a contar com esta.

Transportes Sul do Tejo, S.A. (TST)

É o resultado de opções político-ideológicas que consideram que os transportes não devem ser públicos, porque estes têm de dar lucro. Pessoalmente, não conhece lugar nenhum no mundo onde isso dê lucro, com exceção de Portugal em que a Fertagus, Travessia do Tejo, Transportes, S.A. em que o Estado Português paga o que não dá lucro, ou seja, paga para que a Fertagus tenha lucro, fruto de um contrato de concessão que mais não é do que "diabólico".

As empresas precisam de ter mecanismos compensatórios para fazer transporte público e precisam também, se querem ter o exclusivo do transporte em algumas zonas do país, de prestar um serviço mínimo de transporte público. Isso foi o que desapareceu por completo nos últimos anos e, em particular, com a recente publicação do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.

Na televisão ouve-se falar sobre a privatização do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris) e de outras empresas de transportes, mas o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros é o mesmo e não obriga essas empresas a prestarem um serviço mínimo. Ao invés dos TST terem dez carreiras por dia (dez para um lado e dez para outro), podiam assegurar o transporte a horas de ponta e a meio do dia, conforme foi proposto pela Câmara Municipal de Palmela. É evidente que no primeiro ano não conseguem criar público. Essa experiência aconteceu no circuito urbano de Pinhal Novo, que começou como uma experiência da Junta de Freguesia de Pinhal Novo e demorou seis anos a consolidar-se. Mas, os TST dizem que não estão para fazer serviço público e quem quer transporte público que pague. A Autarquia 'vê-se a braços' de ter de encontrar outras soluções.

Existem outros mecanismos chamados de “transporte flexível” - é quase um transporte a pedido, mas tem algumas dúvidas que essas modernices funcionem num território tão vasto quanto o de Palmela. A Autarquia tem defendido uma solução (que chegou a tentar implementar quando tinha esse pelouro enquanto Vereador) que passava pelo envolvimento dos Transportes Colectivos do Barreiro (TCB). O objetivo era que os TCB passassem pelos bairros e fossem até à estação de caminho de ferro da Penalva, mas o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT) ameaçou o Município de Palmela e os TCB, porque não era legal. É interessante como em outras situações o governo defende a partilha de recursos e a intermunicipalidade, porque é mais económico, mas, no caso em apreço, não o permite.

O novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros abre uma possibilidade, porque concede ‘alguma’ responsabilidade ou, melhor dizendo, dá maior autonomia às câmaras municipais para definirem as zonas de concessão. Nem que o caso vá para tribunal, aliás, isso já aconteceu por causa do circuito urbano de Pinhal Novo. E explica: os TST não quiseram assegurar o transporte, porque não dava lucro; pelo que a Autarquia lançou um concurso em que uma empresa ganhou. Os TST avançaram para tribunal alegando que tinham a concessão, mas perderam a ação e, presentemente, é uma outra empresa quem assegura o circuito urbano de Pinhal Novo, e os TST “torcem a orelha” porque é utilizado por muitas pessoas. Trata-se de um transporte diferente, porque as pessoas pagam 60 ou 70 cêntimos enquanto no circuito da freguesia de Quinta do Anjo era cobrada uma exorbitância pelos TST! Seria necessário uma grande revolução em matéria de transportes. Pessoalmente defende ‘mais Estado’ nos transportes públicos. É evidente que vão dizer: *“Então, os nossos impostos vão ter de pagar os transportes?”* Defende que Sim, a exemplo do que acontece em outros países, onde os impostos que se pagam sobre os produtos petrolíferos servem para financiar os transportes públicos. Desse modo, desincentiva-se a utilização de transportes particulares. O mesmo acontece com as portagens à entrada das cidades. Parte do montante pago é para financiar os transportes públicos. Em França, por exemplo, empresas a partir de nove trabalhadores pagam uma percentagem para os transportes públicos. Em Portugal, pagam-se esses impostos todos e mais alguns, mas não vai nada para o transporte público.

A solução dos TCB vai ser estudada de novo, pois pode ser que a atual lei abra alguma possibilidade. A seu ver, a solução passa mais por escolhas a nível das linhas estratégicas do que se pretende para o país e não por soluções a nível local.

Quanto aos TST, conforme noticiado, desde o dia 31 de março que estes deixaram de assegurar a carreira dos bairros à estação de caminho de ferro da Penalva. A Autarquia está à procura de soluções e a tentar perceber como é que funcionou a oferta e a procura. Logicamente trata-se de uma questão de hábito das pessoas. Estas têm a sua vida organizada de uma maneira e necessitam de tempo para se reajustar. É preciso “semear” para mais tarde “colher frutos”, e as transportadoras não estão dispostas a isso. O Município quer perceber se os horários praticados eram oportunos, se o preço era adequado, se eram necessárias tantas

voltas ou, ao invés, apostar num circuito que funcione só em determinadas horas do dia. Isso faz-se com estudos e, pese embora os TST afirmem que o fizeram, é sabido que tal não corresponde à verdade.

. Em resposta à Sra. Helena Candeias, membro da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano (ARPIBA) (10.)

O projeto da ARPIBA é um projeto de categoria e é o que a comunidade precisa. Foi conseguido o financiamento da Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES), mas acontece que o Quadro Comunitário anterior terminou a 31 de março.

Houve uma Associação de Idosos no Poceirão que também concorreu, cujo projeto era menos dispendioso e conseguiu o financiamento, e a Câmara Municipal concedeu uma percentagem mas que nunca ultrapassará os 25.000 euros de apoio. Mesmo que a Autarquia quisesse conceder esse montante para que a ARPIBA começasse a obra, não o podia fazer, porque o procedimento não é esse. A Autarquia já concedeu o terreno e isentou de taxas, mas é necessário trabalhar conjuntamente e, se possível, proceder à reformulação do projeto e aguardar a aprovação de programas de financiamento por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), da Área Metropolitana de Lisboa e do governo.

A ADREPES terá de gerir, se tudo correr bem, uma iniciativa de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e não sabe qual a percentagem a financiar, se 50% ou 70%, nem se são projetos até 200.000 ou 300.000 euros. Neste momento não é conhecido o Regulamento, mas as linhas estratégicas para que esse tipo de apoio venha para o território já foram apresentadas e foram aprovadas por todos os envolvidos na ADREPES. Foram aprovadas, também, as grandes linhas estratégicas na Área Metropolitana de Lisboa.

Assim que o regulamento venha a vigorar, a Autarquia e a ARPIBA têm de se sentar para perceber a que tipo de apoios se podem candidatar. Posteriormente, o Município concederá uma parte, mas a comunidade tem de ir a “jogo”. Os bailes e as excursões não resolvem. Sabe que é com muito trabalho e muito mérito que a ARPIBA possui um mealheiro e que este há-de ser bem investido para tornar o ‘sonho’ realidade, honrando o camarada Sousa. Anteriormente havia programas que diziam que cabia ao Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) apoiar esse tipo de equipamentos, mas hoje este Instituto já não apoia nada, nem sequer os equipamentos que foram construídos só à custa das associações e das autarquias. Antigamente, por cada apoio domiciliário feito, as associações recebiam um determinado valor, mas, desde 2011 que não existe nenhum novo contrato dessa natureza. Diz-se agora que é tudo para as misericórdias. Às vezes quando se diz que *“as autarquias deram quando puderam e agora dão menos”*, questiona sobre quantas sedes no país é que foram construídas com o apoio, diga-se ‘grandes apoios’, das pessoas que lá trabalharam a levantar tijolos e das autarquias que fizeram

a sua obrigação. Recorda que os Governos Cívicos concediam alguns subsídios, mas estes só eram dados em anos de eleições.

. Em resposta ao Sr. Fernando Santos, residente no Bairro Alentejano (6.)

Destaca que o Ministério da Educação e Ciência (MEC) não dá importância às autarquias. Já conseguiu falar com vários Ministros e Secretários de Estado de diversos governos, mas o Ministro da Educação do atual governo "*é um grande artista*". Até com a apresentação de propostas por parte do Município para compartilhar obras em escolas que são da responsabilidade do MEC, o Sr. Ministro não quer reunir. Teve a atenção de o convidar para vir ao concelho de Palmela e dar-lhe uns bons vinhos a provar, na tentativa de o deixar conquistado por este Município. De forma jocosa afirma que o seu Chefe de Gabinete já trata por tu o Dr. Vasco Lince, Chefe de Gabinete do Sr. Ministro e fartam-se de "namorar" ao telefone, mas não se consegue nada. Não há diálogo possível, nem em anos de eleições. Isso preocupa-o.

Em relação aos centros de saúde, repare-se que, durante anos, a Autarquia andou a aprovar moções reivindicando a extensão do Pinhal Novo e de Quinta do Anjo. Vai dar mérito à Sra. Vereadora Natividade Coelho, porque anda chateada com isso e ele próprio também. Até já houve deputados dos partidos do Governo que consideram que a extensão de Saúde do Pinhal Novo uma pouca-vergonha, que não tem condições para funcionar e deve ser a primeira prioridade. Ainda bem que agora já reconhecem que é uma prioridade, mas só começou a sê-lo há seis meses. Gostava que houvesse eleições todos anos, pois talvez fosse motivo para se criarem compromissos. O executivo camarário também é "pressionado" localmente; existem reivindicações e, não obstante, as insuficiências e as dificuldades, não vira a cara às pessoas e à luta. A Câmara Municipal de Palmela vai continuar a insistir.

Sr. Fernando Santos, residente no Bairro Alentejano (6.) volta a intervir

A sua intervenção vem no seguimento das explicações prestadas, pois considera que não foram satisfatórias e, por isso, volta a "bater na mesma tecla": a educação.

O que se previu há mais de trinta anos era para que houvesse um intercâmbio entre as três Câmaras Municipais: Palmela, Moita e Barreiro. Na altura, fez-se um levantamento sobre as crianças que havia na zona, para ver se havia possibilidades dos três municípios construírem a escola secundária – fosse na zona onde se encontram a realizar a presente reunião, na Penalva, na Barracheia, no Bairro Alentejano, ou no Bairro dos Marinheiros. Não está a afirmar que se trata de falta de vontade da Câmara de Palmela ou dos munícipes de Palmela. Entende é que merecem ser ouvidos e as crianças da zona merecem uma escola secundária. Informa que, na

altura, não era pai, mas hoje é avô, e é com tristeza que de hoje para amanhã, os seus bisnetos continuem a não poder estudar na zona.

Sr. Florentino José, residente no Bairro Valente (1.) volta a intervir

Não falou na questão da água, não porque se tenha esquecido, mas porque não gosta de se alongar com repetições.

Por aquilo que tem estado a presenciar, o Sr. Presidente é um homem muito pobre porque, segundo um ditado da sua terra: "quem tem muito filho é pobre". Constatou que aquele que mais necessitava das pequenas "migalhas" era ele próprio, porque é o que menos tem e aquele que mais contente fica quando lhe colocam dois contentores para o lixo.

Todavia não abdica que a sua "rua" seja chamada de Avenida da Liberdade, porque quem lá pôs a pedra a dizer 'Avenida da Liberdade' foi ele. Nessa altura, até a Estrada do Galo foi toda arranjada, do princípio ao fim e, infelizmente, nunca mais ninguém deu valor a isso.

Relembra que para abater um sobreiro que lá se encontrava no meio teve de pedir autorização ao Sr. Presidente da Câmara em funções na altura, Sr. Ferreira da Costa, para que a estrada chegasse ao Bairro Alentejano que, nessa altura, era a maior localidade que havia na zona. Mas afinal de contas, essa estrada acabou por ir à ruína e nunca mais ninguém a cuidou. Considera que a verdade é só uma: *"muitas são as pessoas a pedir, mas o pouco dividido por todos, chega a muita gente"*.

. Em resposta ao Sr. Florentino José, residente no Bairro Valente (1.)

O **Sr. Presidente** concorda com a afirmação feita, porque a "manta é curta" mas o Município empenha-se por resolver as situações. Tem sido essa a postura adotada e, mesmo em momentos de dificuldades, não quer deixar de o fazer.

O ano de 2014 foi um ano em que foi executado muito e pretende continuar assim até final do mandato. Quando não se consegue fazer 2,5 km de estrada numa assentada, pois custa 1.300.000 euros, fazem-se trabalhos de 100.000 euros de cada vez. Quando não se consegue recolher os monos três vezes por semana, pelo menos faz-se em duas vezes. O que não se pode é cruzar os braços e dizer que não é possível. É nesse espírito que considera que todos - quem está nas associações e tem dificuldades para manter a associação a funcionar ou quem está nas autarquias mas está presente para dar a cara apesar das dificuldades - têm que continuar a fazer os possíveis e os impossíveis para não desiludir ninguém. Deixa a garantia de que é isso que o executivo vai continuar a fazer e, não obstante os eleitos serem de sensibilidades políticas diferentes e, por vezes, 'guerrearem' muito uns com os outros, a maioria das propostas são aprovadas por unanimidade. Todos trabalham para o mesmo. Podem, às

vezes, ter visões diferentes e alguns até fariam de forma diferente, mas lutam todos pelo concelho.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

- **Moção (41 anos do 25 de Abril)** – dos eleitos do PS, a ser apresentada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.

- **Moção (1.º de Maio)** – dos eleitos do PS, a ser apresentada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.

- **Saudação (25 de Abril e 1.º de Maio)** – dos eleitos da CDU, a ser apresentada pelo Sr. Presidente.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

- **Saudação (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho)** – a ser apresentada pelo Sr. Vereador Adilo Costa.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

- **Voto de Pesar (Filipe Palhoça)** – a ser apresentado pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha.

Aprovada, por unanimidade, a admissão do Voto de Pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

- **Moção (Pela manutenção e reforço do atendimento de ação social descentralizado no concelho de Palmela)** – a ser apresentada pelo Sr. Vereador Adilo Costa.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** saúda os presentes.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** apresenta a primeira Moção dos eleitos do PS:

MOÇÃO (41 anos do 25 de Abril)

"Na madrugada de 25 abril de 1974, há 41 anos o país acordava com a notícia que há muito esperava, a ditadura caía pela luta e pela força de um povo que ansiava a liberdade, aliada à coragem dos militares de Abril.

O povo saiu à rua, saudou os militares com cravos vermelhos, e o dia começava limpo e inteiro, tendo o silêncio sido interrompido com vivas à liberdade, à democracia, à libertação dos presos políticos, ao fim da guerra colonial e à justiça social.

Portugal, os portugueses e as portuguesas renasciam da escuridão, da opressão, da censura, do exílio, da prisão.

Nesse dia, a democracia tinha o caminho aberto para o voto livre, para a liberdade de imprensa e de expressão, para a liberdade de reunião e associação.

A revolução dos cravos permitiu iniciar-se a construção dos pilares do estado social próprio de uma sociedade mais inclusiva e mais igualitária.

Construíram-se novas escolas e abriram-se as portas da escola pública a todos e a todas independentemente da cor, da etnia, do género ou classe social; construiu-se um Serviço Nacional de Saúde; construiu-se comunicação, pelas estradas, pela rádio, pela televisão, pelas novas tecnologias.

Um país novo começava a ser mais que um sonho, começava a ser uma realidade nova que nunca poderemos deixar de enaltecer e de assinalar.

Comemoramos hoje, em simultâneo, os 40 anos das primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte que teve como objetivo político a aprovação de uma nova Constituição Democrática.

Saudamos todos e todas os/as deputados/as que em longas reuniões plenárias de grande fervor político e partidário conseguiram dar ao país de Abril uma lei fundamental em que os portugueses ainda hoje se revêm nos seus princípios.

O dia é de festa, mas é também de afirmação da necessidade de refletirmos sobre o tempo que vivemos e sobre o futuro.

É tempo como escreveu Miguel Torga "de repensar esta nesga de terra", tendo sempre presentes os valores de abril, os direitos e deveres de Abril, conquistados em prol do progresso e do desenvolvimento sem os quais não haverá plena liberdade e justiça social.

Abril valeu a pena e tem que continuar a valer a pena.

VIVA O 25 de ABRIL."

Submetida a votação a Moção (41 anos do 25 de Abril), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** apresenta a segunda Moção dos eleitos do PS:

MOÇÃO (1.º de Maio)

"Até 1886, os direitos sociais no trabalho eram apenas uma miragem. A revolta de 500 mil trabalhadores em manifestação nas ruas de Chicago, lutando por um trabalho digno, marcaria para sempre o curso da história do mundo laboral. Nesse sentido, o 1º de Maio de 2015, deverá prestar uma justa homenagem aos homens e mulheres que ousaram romper com a injustiça e exploração, numa marcha sangrenta onde muitos perderam a vida, na luta pelos direitos e que viriam a beneficiar as gerações futuras.

Os desafios atuais são diferentes mas igualmente desafiantes. Com uma taxa de desemprego nacional de 14,1% e de 16,5% no distrito de Setúbal, bem acima da média nacional, este é o drama social que nos deve mobilizar.

No atual ambiente económico de crise acentuada em todo o mundo, a defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras é, não só, necessária, como obrigatória. A luta por condições de trabalho, mais dignas, democráticas e justas, é atual e imperativa.

O valor do trabalho é hoje a questão que se impõe. O atual governo chega a apresentar como positivo para o investimento o baixo valor do trabalho, o que não só constitui um insulto para quem trabalha, como para o próprio País.

A negociação coletiva encontra-se paralisada.

Nunca como hoje foi tão necessário agir pelo progresso, pelo desenvolvimento, pela normalização das relações laborais e pela paz social.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida em sessão ordinária no dia 15 de abril de 2015, reconhecendo a importância da comemoração do dia do trabalhador, apela à participação cidadã de todos e de todas nas comemorações do 1º de Maio próximo, para que este seja um momento agregador das várias gerações na defesa:

- Do aumento do salário mínimo;
- Da diminuição da desigualdade salarial entre homens e mulheres;
- Da dignificação do valor do trabalho;
- Do diálogo social e da retoma da negociação coletiva;
- Da paz social e da justa distribuição da riqueza e crescimento económico."

Submetida a votação a Moção (1.º de Maio), foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Eduardo Ferro. Aprovado em minuta.

O **Sr. Presidente** apresenta a seguinte Saudação dos eleitos da CDU:

SAUDAÇÃO (25 de Abril e 1.º de Maio)

“Na história, na memória e na consciência coletiva do Portugal contemporâneo, nenhum mês se aproxima da paleta de valores que Abril consegue evocar nos corações dos portugueses e das portuguesas. Com um legado de mais de quatro décadas, esse Abril de 74 – primavera que resgatou o país desse regime cinzento e opressor, “orgulhosamente só” – devolveu a cor a um povo que fez da união o seu maior trunfo. Em conjunto, devolveu-se o brilho e o orgulho às aldeias, às vilas e às cidades, que se encontravam macilentas e estagnadas. O Poder Local Democrático trilhou o seu caminho e deu voz aos homens e às mulheres, que encontraram, finalmente, a oportunidade de representar as suas comunidades, de sufragar projetos de desenvolvimento local e de definir os caminhos a seguir. Criaram-se estradas, escolas, hospitais, jardins, sistemas de abastecimento de água e de esgotos, abriram-se as portas para que o espírito associativo fluísse livremente e a música, a dança, o teatro, o cinema, as expressões plásticas e a palavra, livres dos grilhões, ofereceram-nos momentos de alegria e reflexão e não mais tiveram que recluir o crivo dos senhores de lápis azul.

Não é, pois, por acaso, que as comemorações do 25 de Abril representam, a nível nacional, e no nosso concelho de Palmela, um dos momentos mais altos e abrangentes de celebração comunitária. Entre nós, em todos os pontos do território, promovem-se centenas de atividades, pela mão das coletividades de cultura, desporto e recreio ou de grupos mais ou menos informais. Com grande valor artístico e cultural, ou de forma mais singela – mas nem por isso menos significativa ou animada – estas ações representam o tributo de um povo a um momento de pura magia, que libertou um país inteiro e permitiu acreditar que os sonhos podem concretizar-se.

A certeza de que é possível mudar o estado das coisas e fazer a diferença é, porventura, o maior legado que nos deixaram os homens e as mulheres que construíram a Revolução dos Cravos, e manter vivo esse conhecimento é a maior homenagem que podemos prestar-lhes. Porque os acontecimentos perdem-se no tempo e as memórias desvanecem-se, ao ponto de assistirmos, nos dias de hoje, a um desvirtuar das conquistas de Abril e, até, a tentativas de reescrever a História e os seus protagonistas. Porque o povo vê-se, novamente, privado de direitos e liberdades, com fome e sem saúde, e começa a perder a esperança e a força para lutar.

Mais do que nunca, celebrar Abril corresponde, também, ao exercício pleno dos nossos direitos e deveres de cidadania, tomando o nosso lugar nesta polis que reinventámos, lutando pela

concretização plena da nossa Constituição, participando e assumindo a responsabilidade que nos cabe na vida das comunidades e olhando para cada irmão e cada irmã como parte deste todo. A solidariedade social, a igualdade, o direito à saúde, à educação, à cultura e ao trabalho, o direito a encontrar as respostas para as nossas necessidades e o direito a não admitir que nos mandem embora e nos façam sentir indesejados na nossa própria pátria são requisitos basilares de que não podemos abrir mão, sob pena do desmoronamento de uma nação, privada de gerações inteiras, empurradas para além fronteiras, em busca de melhores condições de vida.

Tal como nos últimos quarenta anos, as autarquias locais continuam a pugnar pela defesa das comunidades e pela garantia da sua qualidade de vida. No entanto, e apesar de serem responsáveis pela maior fatia do investimento direto na infraestruturação e qualificação do país, no campo das suas diversas atribuições e competências, a ideia, repetidamente difundida e programada junto das populações, de que os Municípios e as Freguesias têm estruturas obsoletas e demasiado pesadas tem contribuído para validar políticas da administração central conducentes à redução de recursos materiais e humanos, ao atropelamento continuado da autonomia do Poder Local, à privatização de serviços públicos e, até, a uma suposta reorganização administrativa que acabou, de forma cega, com muitas freguesias e nos custou a agregação de Poceirão e Marateca - que continuamos a contestar. De forma curiosa, a redução dos recursos tem sido inversamente proporcional ao aumento das responsabilidades, com o Governo a forçar uma descentralização irresponsável e unilateral de competências, em áreas vitais para a sociedade.

Assistimos, assim, a uma rápida e cruel delapidação do património de Abril, construído ao longo de tantos anos, pela vontade de um povo, que acreditou que o seu país tinha potencial material e humano para se desenvolver. As conquistas de Abril são direitos que devem caminhar no sentido da consolidação e não da sua destruição e esquecimento, a pretexto de políticas públicas que têm, como propósito, o fim do Estado Social, o fortalecimento da economia de mercado, o enfraquecimento da soberania nacional. É, talvez, na área do trabalho que os portugueses e as portuguesas mais têm sentido o forte retrocesso civilizacional e quando nos aproximamos, também, de mais um 1º de Maio, devemos ter em mente que celebrar o Dia do Trabalhador é reafirmar as nossas exigências pelos direitos ao trabalho, com condições, com igualdade, com progresso social.

Como aprendemos em 74, nos momentos de maior pressão e injustiça, o povo encontra a motivação para fazer da revolta, entusiasmo, e das dificuldades, força motriz para a mudança. É com esta convicção que propomos, em conjunto com o Movimento Associativo do concelho, um programa de comemorações sob o tema "Juntos construímos Democracia". Fizemo-lo em 1974 e devemos acreditar que podemos voltar a fazê-lo, para que Abril se renove e reinvente na nossa sociedade e no quotidiano de todos e todas nós.

Reunida, na Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, a 15 de abril de 2015, a Câmara Municipal de Palmela saúda o 41.º aniversário do 25 de Abril e o 1.º de Maio, e exorta todos/as os/as autarcas, trabalhadores/as, associações, organizações e populações do concelho de Palmela a associarem-se ao programa comemorativo, refletindo, também, sobre os ensinamentos que a Revolução nos deixou e disponibilizando-se para participar na vida da comunidade, por um futuro melhor.

Viva o 25 de Abril!

Viva o 1.º de Maio!”

Sobre a Saudação (25 de Abril e 1.º de Maio) intervêm:

O **Sr. Vereador Eduardo Ferro** apresenta cumprimentos.

O **Sr. Vereador Eduardo Ferro** explica que a Moção “41 anos do 25 de Abril”, apresentada pelo PS, mereceu o seu voto favorável por considerar que a mesma expressa claramente os valores de “Abril”, sem extrapolar para aquilo que vem extrapolado na Moção “1.º de Maio” e na Saudação “25 de Abril e 1.º de Maio” apresentadas, respetivamente, pelo PS e pela CDU. Os princípios estão bem definidos e bem concretizados, mas são aproveitados, uma vez mais, para fazer críticas ao governo. Lamenta que ao invés de se estarem a comemorar os princípios e as conquistas do “25 de Abril” e do “1.º de Maio” se aproveite a ocasião para tecer críticas.

Pelo exposto, com exceção da Moção “41 anos do 25 de Abril”, a Moção “1.º de Maio” e a Saudação “25 de Abril e 1.º de Maio” merecem o seu voto contra.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que os eleitos da CDU se revêem na Moção “1.º de Maio”, pelo que a mesma merece o voto a favor. Sublinha, com todo o respeito e consideração, que fica sempre bem aos eleitos do PS apresentarem Moções em datas históricas, mas que é preciso ter memória e não deixar cair no esquecimento que o PS foi responsável:

- Pelo aumento exponencial do desemprego e, em particular, pelo aumento exponencial do desemprego jovem;
- Pelo aumento da precaridade laboral que o país tem, uma das mais altas taxas da Europa;
- Pela fragilização progressiva da negociação coletiva que, como é sabido, está paralisada.

Para além disso, questões como a necessidade do aumento do salário mínimo, a necessidade de diminuição da desigualdade salarial entre homens e mulheres, a dignificação do valor do trabalho, o diálogo social e a retoma da negociação coletiva, não são questões, nem de hoje nem de ontem, são questões que têm anos. Há rostos e responsáveis, e diga-se que os

responsáveis são os partidos políticos das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores da oposição neste órgão. Nunca é demais recordar quem tem um determinado discurso quando está no governo e usa um discurso contrário quando está na oposição; quem honra os seus compromissos e quem ilude os cidadãos com promessas que não cumpre e com acordos que não respeita. Nesse particular recorda que, no ano de 2006, no âmbito da concertação social, foi estabelecido um acordo que previa o aumento progressivo do salário mínimo entre o governo, as confederações patronais e os sindicatos. Esse é um exemplo claro da contradição entre aquilo que é o discurso e a prática. O governo do PS não cumpriu esse acordo, que estipulava a atualização do valor do salário mínimo para os 500 euros. No início de 2011 defraudou a expectativa de milhares de trabalhadores. Esse é um exemplo claro entre aquilo que muitas vezes é o discurso e aquilo que é a prática política concreta.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que o “25 de Abril” deve ser uma data que, independentemente da força partidária, deve unir e não dividir. Para além disso, afirma que desde sempre é conhecida por fazer Moções consensuais mas sobre o “1.º de Maio” não conseguiu elaborar uma Moção em que não ‘atacasse’ o atual governo. É impossível o consenso quando se verificaram ataques sem precedentes, pelo governo em funções, às trabalhadoras e aos trabalhadores do país.

Em relação à intervenção do Sr. Vereador Luís Miguel Calha, apesar do adiantado da hora, é de registar que este acaba por fazer sempre o mesmo número. Não consegue perceber bem o objetivo das suas intervenções. É o seu número e, forçosamente, tem de o fazer.

Alerta para o facto de que a paz existente nos Períodos Antes da Ordem do Dia das reuniões de Câmara entre o executivo municipal, rapidamente se pode virar do avesso. Para isso, basta que para o ano o PS venha a ser governo. No próximo ano, quando o executivo municipal se deslocar de novo ao Bairro Alentejano, constatar-se-á que vão ser os eleitos do PPD/PSD.CDS-PP e da CDU a atacarem, provavelmente, um governo do PS. Isso também faz parte do jogo político. Opina que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha bem podia esperar mais uns seis meses para começar a fazer o número com que habitualmente brinda os presentes.

Chama a particular atenção para muitas das questões que foram suscitadas na presente reunião por algumas Sras. Múncipes e Srs. Múncipes, nomeadamente de obras não concretizadas e de promessas, que pese embora as explicações do Sr. Presidente, não foram concretizadas pela maioria que governa a Câmara Municipal desde há muitos anos a esta parte. Mas, contrastando com a atitude do Sr. Vereador Luís Miguel Calha, ninguém ouviu os Vereadores do PS fazer considerações semelhantes às que o Sr. Vereador fez. Para além disso, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha compara o que é incomparável, na medida em que não é possível comparar qualquer que tenha sido o governo do PS com o atual governo em particular e/ou com outros governos da Direita que estiveram em funções. Considera a atitude usada pelo

Sr. Vereador como maliciosa, pois se o Sr. Vereador Luís Miguel Calha é utente do Serviço Nacional de Saúde e se usufrui de escola pública é aos governos do PS que o deve.

Acrescenta que, quando se chama a atenção para o ano 2006 de uma promessa “x” que não foi cumprida pelo governo do PS, não se deve “tomar a árvore pela floresta”, pois, pessoalmente, nunca defendeu que os governos do PS, relativamente ao território de Palmela, tenham sido justos. Nunca defendeu, nem nunca defenderá e, provavelmente, sempre estará ao lado da maioria em exercício se o Partido Socialista se esquecer de algumas necessidades imperiosas. Mas “que ninguém se engane”, porque daqui a seis meses Portugal não vai ficar rico para poder fazer tudo o que falta concretizar.

Relativamente às questões do trabalho e do emprego sugere que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha leia mais, porque a negociação coletiva está paralisada desde 2011; tem a certeza absoluta da afirmação que acaba de fazer e desafia-o a provar o contrário. Agora, se o pretendido é que o PS assuma a responsabilidade por algumas medidas terem corrido mal, pois que se registre: ao invés de fugir às suas responsabilidades, o PS assume-as!

Teimando na intervenção efetuada pelo Sr. Vereador Luis Miguel Calha, a **Sra. Vereadora Natividade Coelho** menciona que o que está em causa nos documentos apresentados deve ser a questão dos princípios. Classifica que o Sr. Vereador teve um “papel infeliz” ao comparar os governos do PS com o atual governo em funções, quando, ainda por mais, o que está em discussão é o “25 de Abril” e o “1.º de Maio”.

O **Sr. Presidente** refere que o adiantado da hora não interessa. A verdade é a de que se aproxima uma data especial, num ano especial. Não se deve ter medo das palavras e de dizer o que cada um pensa, porque “Abril” é isso mesmo. Percebe o papel dos eleitos do PS, até porque o Partido Socialista tem tido responsabilidades de governação durante muitos anos e é natural que se sinta mal com algumas críticas que são feitas.

Quanto à elaboração de Moções ‘demasiado consensuais’ é precisamente isso que reflete um pouco a posição de quem não se define. Muitas vezes mudam os nomes dos partidos políticos, mas as políticas são as mesmas nessas matérias e têm constituído retrocessos. E, se houve uns que deram a “machadada”, outros houve que abriram a porta. Escusa-se a aprofundar muito esse assunto. O que importa é que os eleitos da CDU vão votar favoravelmente as Moções do PS.

Refere que, da parte do Sr. Vereador da coligação PPD/PSD.CDS-PP é normal que fique incomodado com alguns comentários que são feitos nas reuniões de Câmara. Considera que a Saudação apresentada pela CDU é bastante ‘suave’. Quem não tem consciência de que foi a partir de “Abril” que houve um Sistema Nacional de Saúde; passou a haver Segurança Social para todos; passou a haver subsídio de férias e de Natal, e hoje suspende-se o subsídio de férias e o subsídio de Natal aos funcionários públicos e a outros trabalhadores, e criam-se taxas de IRS extraordinárias. De “Abril” só existe em comum: de todos poderem discordar e ter

muitas visões sobre o mundo. Mas, há quem seja fiel aos compromissos e aos princípios em que acreditam e daqueles que criaram o “25 de Abril”. Existem, ainda, s que vão tentando reescrever a História de outra forma, fazendo alguns golpes que são autênticas contrarrevoluções, porque são contra a Constituição da República Portuguesa. Não se pode falar da questão do trabalho e da dignidade dos salários com direitos quando há partidos políticos que no governo fomentam o trabalho precário e manipulam os números. Em breve haverá oportunidade de falar sobre a questão dos números do desemprego, porque Portugal está a atravessar uma fase e um fenómeno - e ainda bem que há estudos recentes sobre a matéria - que revelam que seis em cada dez empregos novos criados são estágios, ou seja, são estágios sob estágios.

Submetida a votação a Saudação (25 de Abril e 1.º de Maio), foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Eduardo Ferro.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** primeiramente cumprimenta os presentes e, em seguida, passa à apresentação da seguinte Saudação:

SAUDAÇÃO (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho)

“A Câmara Municipal de Palmela saúda e felicita a ginasta da Sociedade Filarmónica Estrela Moitense, Margarida Agostinho, residente em Pinhal Novo, que se sagrou Campeã Nacional de Tumbling, individual e por equipas, no escalão de juvenis femininos, no Campeonato Nacional de Mini-Trampolim e Tumbling 2015, realizado no dia 11 de abril de 2015, no Centro Cultural de Viana do Castelo.

Com esta conquista, a Margarida volta a sagrar-se Campeã Nacional individual e por equipas, agora no escalão de juvenis femininos depois de ter alcançado estes títulos em 2014 no escalão de iniciados femininos e garante a participação na Taça de Portugal de Tumbling, que se realiza nos dias 30 e 31 de maio, em Loulé, dando sequência ao conjunto de bons resultados obtidos no seu trajeto desportivo.

Confirmando-se como uma das maiores esperanças da modalidade, a ginasta encontra-se a realizar as Provas de Apuramento para o Campeonato do Mundo por Grupos de Idades que se realizará de 2 a 5 de dezembro, em Odense (Dinamarca).

Reunida, na Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, a 15 de abril de 2015, a Câmara Municipal de Palmela aprova o voto de saudação a Margarida Agostinho e expressa o seu desejo para que esta continue a sua evolução desportiva, dignificando e promovendo o concelho de Palmela.”

Submetida a votação a Saudação (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta o seguinte Voto de Pesar:

VOTO DE PESAR (Filipe Palhoça)

"No dia 2 de abril, a comunidade vitivinícola do concelho de Palmela perdeu um importante elemento. Vitivinicultor, produtor de vinho e empenhado dirigente associativo, Filipe Jorge Palhoça residia em Águas de Moura, onde havia nascido há 73 anos e onde trabalhou durante a sua juventude.

Foi um cidadão dedicado à sua terra: passou pela direção do Grupo Desportivo de Águas de Moura, teve um papel relevante na criação da freguesia de Poceirão e esteve sempre atento e disponível para as mudanças que foram ocorrendo no sector vitivinícola. Como produtor de vinhos, marcou presença, desde o início, na Mostra de Vinhos em Fernando Pó, e foi dos primeiros produtores das freguesias de Marateca e Poceirão a responder ao desafio de criar a sua marca própria, contribuindo para a afirmação do potencial dos vinhos das terras de areia. É-lhe, também, reconhecido o mérito de ter sido um dos produtores que primeiro acolheu o desafio de aderir à Rota de Vinhos da Península de Setúbal e de criar condições para receber visitantes na sua adega.

A vitivinicultura do concelho ficou, assim, mais pobre, por perder um dos homens que soube interpretar a vocação da região e construir alguns produtos de referência, como a sua "Quinta da Invejosa". Deixa dois filhos, que saberão, certamente, dar continuidade a este importante legado.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida na Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, a 15 de abril de 2015, lamenta o falecimento de Filipe Jorge Palhoça e transmite as mais sentidas condolências à sua família."

Submetido a votação o Voto de Pesar (Filipe Palhoça), foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** passa à apresentação da Moção que se transcreve:

MOÇÃO (Pela manutenção e reforço do atendimento de ação social descentralizado no concelho de Palmela)

"A Câmara Municipal de Palmela foi confrontada com a decisão do Centro Distrital de Setúbal do Instituto da Segurança Social de, na sequência da recente reorganização dos serviços, deixar de realizar, de imediato, no que diz respeito ao território de Palmela, o atendimento em ação social, garantido, até à data, de forma descentralizada, nas instalações das Juntas de Freguesia de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo.

Esta decisão, tomada de forma unilateral e sem aviso prévio, veio prejudicar sobremaneira os municípios do concelho de Palmela, vasto território onde coexistem realidades rurais e urbanas que apresentam indicadores socioeconómicos merecedores da nossa atenção e preocupação. Fenómenos como o aumento do desemprego, da pobreza, da exclusão social e do índice de envelhecimento originam a existência de pessoas e/ou grupos sociais em situação de fragilidade social e económica, por via da perda das capacidades económicas das famílias e do seu endividamento.

Considerando que:

- esta medida impõe aos municípios do concelho de Palmela, em situação de maior fragilidade económica, a necessidade de se deslocarem a Setúbal para tratar dos procedimentos necessários à obtenção de apoios prestados pelas medidas de proteção social, levando-os a um acréscimo dos gastos financeiros ou a desistirem, muitas vezes, dos direitos sociais que lhes assistem;
- as características geodemográficas muito específicas do concelho de Palmela não foram tidas em conta, em particular, a situação de povoamento disperso;
- a rede de transportes públicos no concelho, insuficiente e, em alguns pontos, inexistente, representa um forte entrave ao acesso à resposta de atendimento de ação social centralizado, na cidade de Setúbal;
- o fim do atendimento descentralizado nestas freguesias significa a extinção de um modelo de trabalho de proximidade, construído no concelho de Palmela, há quase duas décadas, e desenvolvido pelas instituições da administração central e local, pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social e pelos/as cidadãos/ãs, tendo como propósito maior proporcionar equidade no acesso às medidas de proteção social;
- a falta de informação e de esclarecimento sobre a forma como serão implementadas as Redes Locais de Intervenção Social (RLIS) é preocupante e levanta questões prementes, nomeadamente, no que se refere aos papéis a desempenhar, no novo modelo, pelo Conselho Local de Ação Social de Palmela, pelas Instituições Particulares de Segurança Social, pelas autarquias e pela própria Segurança Social;
- na implementação da RLIS, poderá estar em curso um caminho que transforma os municípios em meros executores de um serviço de apoio social, tutelado pela administração central, sendo evidente a perda de autonomia nestas matérias;
- numa perspetiva de construção de um concelho mais solidário, da erradicação da pobreza e exclusão social e da promoção do desenvolvimento social, é urgente proporcionar aos agentes sociais locais a reflexão e o debate sobre que modelo de funcionamento deve ser adotado e o que se pretende das parcerias num futuro próximo;

- as soluções a encontrar não poderão significar a redução da intervenção do Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, nem a redução da responsabilidade que cabe ao Estado, no sentido de garantir a universalidade e a igualdade de acesso aos serviços e apoios da Segurança Social.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 15 de abril de 2015:

- manifesta a sua discordância face à reorganização, em curso, dos Serviços da Segurança Social (Centro Distrital de Setúbal);
- propõe levar este tema à discussão em Plenário do Conselho Local de Ação Social de Palmela;
- sublinha a sua disponibilidade para continuar a lutar, pelos meios ao seu alcance, para a reposição e reforço do atendimento de ação social descentralizado no concelho de Palmela.

Depois de aprovada, a presente Moção deverá ser remetida aos membros do Governo que tutelam o Ministério respetivo, à Diretora do Centro Distrital de Setúbal do ISS, IP, à Associação Nacional de Municípios Portugueses, à Associação de Municípios da Região de Setúbal, à Assembleia Municipal de Palmela, às Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Palmela, aos membros do Conselho Local de Ação Social de Palmela, à União Distrital das IPSS de Setúbal, à União Concelhia das IPSS de Palmela e aos órgãos de comunicação social.”

Sobre a Moção (Pela manutenção e reforço do atendimento de ação social descentralizado no concelho de Palmela) intervêm:

O **Sr. Presidente** faz menção a que a Moção em apreço trata-se de uma tomada de posição sobre uma tomada de posição, pois o assunto em questão já foi denunciado numa reunião de Câmara anterior. O que está em causa é, uma vez mais, o afastamento de quem tem a responsabilidade de no terreno prestar atendimento e apoio social aos cidadãos e que antes o fazia utilizando as sedes das Juntas de Freguesia. Em suma: o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) e o governo decidiram recolher os assistentes sociais e quem precisar dos seus serviços tem de se deslocar a Setúbal. Além de que, colocaram um conjunto de funcionários como excedentários.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** acrescenta que à Loja do Cidadão, em Pinhal Novo, vai também ver retirado o atendimento, e a partir do dia 1 de maio próxima irá funcionar só por agendamento. É uma consequência lógica da reorganização que está em desenvolvimento e com a qual a maioria em exercício nesta Autarquia discorda.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** confirma que o executivo municipal já havia tomado posição sobre esta matéria, mas aproveita para sublinhar dois factos:

- 1.º - É uma nova modalidade de primeiro encerrar e retirar os atendimentos e depois discutir no terreno como é que se reestrutura. Trata-se de uma inovação altamente penosa, até porque não é forma de reestruturar seja aquilo que for;
- 2.º – O país é muito assimétrico e isso aplica-se a várias áreas como o é a da educação e a da segurança social. Medidas como as que o Sr. Presidente referiu tomadas num concelho como, por exemplo, a Amadora com 24 km² e está bem servido de transportes, não causa constrangimentos de maior. Os impactos são completamente diferentes em outros territórios, como o de Palmela, que não tem essas condições, nomeadamente, de transportes.

Conclui dizendo que não se pode “olhar” para o país como se este fosse todo igual e tivesse as mesmas condições de mobilidade e acessibilidade para as populações. Isso é uma marca muito negativa. Os eleitos do PS estão contra essa reestruturação, por todas as razões e mais algumas, mas, principalmente, pelas que foram enumeradas. Pelo exposto, os Vereadores do PS votarão favoravelmente a Moção em apreço.

O **Sr. Presidente** expressa que os eleitos da CDU e do PS neste órgão autárquico estão unidos na denúncia deste recuo que está a ser feito.

Submetida a votação a Moção (Pela manutenção e reforço do atendimento de ação social descentralizado no concelho de Palmela), foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Eduardo Ferro. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **O Sr. Presidente solicita aos Srs. Vereadores Adilo Costa e Luís Miguel Calha para darem as informações na próxima reunião dado o adiantar da hora**, mas sempre informa que havia informações sobre:

- Os resultados desportivos de uma atleta de *karaté* que teve uma excelente prestação;
- Os 15 anos do Centro Cultural do Poceirão e de como aquele equipamento revolucionou a oferta cultural naquela freguesia rural e naquela comunidade com muita participação das associações locais que fazem daquela a sua casa;
- O 10.º aniversário da Biblioteca Municipal de Palmela, um equipamento de referência;
- O balanço da XXI Edição do Festival do Queijo, Pão e Vinho. Foi um sucesso, com 16.000 visitantes, muitos oriundos da Península de Setúbal e de Lisboa. Uma percentagem significativa de pessoas fê-lo pela primeira vez e muitos visitantes disseram que tomaram conhecimento da iniciativa, essencialmente, por suportes de divulgação do Município.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** apresenta cumprimentos.

• **Reforço dos serviços de recolha de resíduos na freguesia de Quinta do Anjo** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** informa que a Autarquia lançou um procedimento para adjudicação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados e monos na freguesia de Quinta do Anjo. O serviço consiste na remoção de resíduos e manutenção de contentores de 800 ou 1.100 litros e remoção de monos, verdes e afins.

O preço base do concurso é de 137.040 euros e a prestação do serviço terá uma duração de cerca de 14 meses. Prevê-se, ainda, que a recolha de resíduos sólidos urbanos no perímetro urbano de Quinta do Anjo ocorra 4 vezes por semana (segunda, terça, quinta e sábado, incluindo feriados) e na zona sul à EN 379-2 do perímetro urbano de Cabanas seja de 3 vezes por semana (terça, quinta e sábados, incluindo feriados). Em Quinta do Anjo serão considerados 199 contentores e uma produção média de 8,5 toneladas ao dia, e na zona sul de Cabanas 57 contentores e em média 2,5 toneladas diárias a recolher.

O concurso engloba, também, a remoção de resíduos sólidos volumosos, resíduos verdes, entulho e afins que existam na área envolvente aos contentores de resíduos sólidos urbanos e aos contentores de recolha seletiva, bem como nos locais onde existe deposição ilegal e incorreta de resíduos. Neste caso, a frequência da recolha é de 1 vez por semana à segunda-feira.

Informa que os serviços municipais fizeram, no último ano, diversas alterações ao circuito com o objetivo de o melhorarem, tendo concluído, porém, que era indispensável aumentar a frequência da recolha de 3 para 4 vezes em Quinta do Anjo.

Verificou-se não ser possível a alocação dos meios municipais existentes, já de si insuficientes para o conjunto do Município, para contemplar este aumento da periodicidade de recolha. Assim, concluiu-se ser indispensável recorrer à aquisição de serviços para cumprir o serviço em termos da regularidade da recolha, e garantir a melhoria do mesmo. Essa opção permitirá manter a plena utilização e, igualmente, uma melhor redistribuição dos meios próprios, tendo como objetivo a melhoria dos outros circuitos prestados por administração direta, em especial nas restantes áreas da freguesia de Quinta do Anjo.

O **Sr. Presidente** espera que este reforço do serviço juntamente com a aplicação do novo Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Higiene e Limpeza do concelho de Palmela, bem como com a colaboração dos cidadãos e das empresas, possa contribuir para dar uma melhor imagem das comunidades do concelho. A colaboração de todos é fundamental. Constata-se que há despejo de objetos e de lixo à volta dos contentores e que nem sequer são depositados por pessoas residentes neste concelho.

• **Comemorações no âmbito do 25 de Abril – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** comunica que o programa sobre as comemorações no âmbito do 25 de Abril estará em breve a ser divulgado. Sublinha que as comemorações dos 41 anos do “25 de Abril” no concelho de Palmela serão um momento alto da parceria entre o Município de Palmela, as Juntas de Freguesia do concelho, o movimento associativo e a comunidade educativa e vão contar com 179 iniciativas que vão enaltecer Palmela enquanto concelho de “Abril”. Ao todo serão 47 as entidades e associações que vão dinamizar as atividades, desde exposições, palestras, debates, iniciativas desportivas, culturais e recreativas.

Como eventos centrais a realizar nas freguesias, destaca:

- Na freguesia de Palmela - espetáculo com artistas locais, denominados “Filhos de um Pai sem Medo”;
- Na freguesia de Pinhal Novo - espetáculo com Francisco Naia;
- Na freguesia de Quinta do Anjo - espetáculo de teatro infantil com “Os Barrigas e os Magriços”;
- Na freguesia de Poceirão - espetáculo “Dançar Abril” com a colaboração da DançArte - Companhia residente no Cineteatro S. João e do Movimento Associativo Local;
- Na freguesia da Marateca - espetáculo “Palavras de Abril” que conta com a parceria entre o Movimento Associativo e o tecido educativo local.

Opina que a exposição fotográfica de Eduardo Gageiro, “40 Fotos nos 40 anos do 25 de Abril”, também é uma iniciativa a não perder.

Finaliza com a afirmação de que se trata de um programa diversificado e de qualidade para assinalar da melhor forma esse momento maior da História, a «Revolução de Abril» e celebrar os seus princípios e valores que, aliás, continuam atuais e válidos.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e Sra. Chefe da Divisão da Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 01.04.2015 e 14.04.2015.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 30.03.2015 a 06.04.2015.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 01.04.2015 a 14.04.2015, no valor de 902.369,24 € (novecentos e dois mil, trezentos e sessenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 14.04.2015, apresenta um saldo de 5.153.226,48 € (cinco milhões, cento e cinquenta e três mil, duzentos e vinte e seis euros e quarenta e oito cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 4.428.888,07 € (quatro milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, oitocentos e oitenta e oito euros e sete cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 724.338,41 € (setecentos e vinte e quatro mil, trezentos e trinta e oito euros e quarenta e um cêntimos).

ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária de Bombeiros de Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º SMPC 01_08-15:

«A Câmara Municipal de Palmela foi pioneira no estabelecimento de parcerias com as associações de bombeiros do concelho – Palmela, Pinhal Novo e Águas de Moura – instituindo uma forma de relacionamento rigorosa e transparente, concedendo apoios, que vêm permitindo garantir às mesmas e às populações do Concelho, níveis de prontidão operacional e segurança, consentâneas com as exigências dos nossos dias.

As nossas corporações, também com o apoio da Câmara Municipal de Palmela, cresceram em formação, em equipamento e em instalações, encontrando-se ao nível das melhores corporações do mundo, emprestando, várias vezes, o seu saber-fazer em ações de formação, a nível nacional e internacional.

Já no corrente ano, e no âmbito do apoio municipal, foi aprovado o protocolo relativo aos Grupos de Bombeiros Permanentes (GBP), que este ano prevê a atribuição às Associações, o valor de 338.604,00 €.

Assim, e tal como assumido com as direções das respetivas Associações de Bombeiros, já no início do presente ano e fruto da sustentabilidade orçamental municipal existente, é objetivo e desiderato da autarquia continuar a apoiar as Associações Humanitárias de Bombeiros, também no domínio do investimento, consagrando em orçamento o valor global de 90.000,00 € (a distribuir pelas três Associações).

Neste contexto a Associação Humanitária de Bombeiros de Pinhal Novo apresentou uma candidatura, no valor global de 123.516,00 €, destinada a financiar os seguintes investimentos em equipamentos:

- 1 Ambulância Tipo A2;
- 1 Veículo Comando Operações Tático;
- 1 Veículo de Apoio Logístico Específico;
- 14 Blusões Nomex e 20 Calças Nomex;
- 1 Moto-bomba ZIEGLER;
- Montagem de cofre à traseira do tanque da viatura VTTU;
- Montagem de circuito hidráulico na viatura VTTU;
- Transformação TPU/DPU e PPU incluindo kit e mangueiras.

Deste modo, e existindo no imediato dotação orçamental para assumir os compromissos com a Associação Humanitária de Bombeiros de Pinhal Novo, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea u) do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de um subsídio de apoio ao investimento no valor de 30.000,00 € (trinta mil euros) à Associação Humanitária de Bombeiros de Pinhal Novo, para o corrente ano.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Aprovação do relatório de resultados do período de discussão pública do Plano de Pormenor dos Bacos - Quinta do Anjo – e respetivo relatório ambiental.

PROPOSTA N.º DAU 01_08-15:

«Em 21 de maio de 2014, a Câmara Municipal de Palmela deliberou a abertura do período de Discussão Pública do Plano de Pormenor de Bacos em Quinta do Anjo, e do respetivo Relatório Ambiental, tendo este decorrido por um período de 30 dias úteis, de 12 de junho a 23 de julho de 2014, nos termos do artigo 77º do Decreto-lei 380/99, de 22 de setembro, na redação conferida pelo Decreto-lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro.

De acordo com o nº 8 do referido artigo, *"findo o período de discussão pública, a câmara municipal pondera e divulga, designadamente através da comunicação social e da respetiva página da internet, os respetivos resultados e elabora a versão final da proposta para aprovação."*

Deste modo, e uma vez decorrida a fase de ponderação dos resultados em que se procurou articular a proposta com as intenções consideradas relevantes apresentadas pelos particulares, conforme expresso no Relatório, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere a aprovação e divulgação do "Relatório de resultados do período de Discussão Pública", em anexo à presente proposta, nos termos anteriormente referidos.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E ORGANIZAÇÃO

Pela **Sra. Vereadora Adília Candeias** saúda os presentes e, seguidamente, apresenta a seguinte proposta:

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro à Associação dos Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Palmela.

PROPOSTA N.º DADO_DRHO 01_08-15.

«A Associação dos Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Palmela (ASSCTMP), pessoa coletiva nº 504340360, com sede no Largo do Município, nº 12, em Palmela, é uma instituição sem fins lucrativos, legalmente constituída e fundada em 15 de junho de 1981 e tem por associados trabalhadores e aposentados das autarquias do Município de Palmela. Esta associação visa o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, bem como a concessão de benefícios sociais aos seus associados e respetivos familiares.

Entre os vários domínios da sua atividade, releva-se a assistência na saúde (comparticipação de despesas médicas e de medicamentos, na parte não participada pela ADSE ou Serviço Nacional de Saúde), a assistência à infância, à 3.ª idade e a assistência escolar. De sublinhar, igualmente, as atividades de carácter recreativo, cultural e desportivo, importantes para a fruição dos tempos livres e fomentadoras do espírito gregário e de solidariedade entre os seus associados.

À data atual a ASSCTMP tem 682 associados, dos quais 605 pertencem ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Palmela e 42 encontram-se na situação de aposentação.

Assim, considerando:

1. O estatuído na alínea a) da cláusula 4.ª, no nº 3 da cláusula 6.ª, e na cláusula 7.ª do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Palmela e a ASSCTMP, em 18 de dezembro de 2014;
2. A demonstração da regularidade e conformidade da atividade desenvolvida por parte desta associação, através da apresentação do Relatório e Contas, relativo ao exercício de 2014;
3. A disponibilidade orçamental verificada nas Grandes Opções do Plano do ano corrente (ação 2.2.1. 01.004 2015 A 17, com a classificação económica 0202/040701);
4. O estatuído nos nº 1 e 2 da cláusula 6ª do referido Protocolo, nomeadamente quanto à contenção da subvenção dentro do limite máximo previsto no nº art.º 5º do Decreto-lei 13/2011, de 25 de janeiro (não superior a 3,5% do somatório das remunerações e pensões dos trabalhadores e aposentados inscritos na instituição beneficiária da subvenção);

propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 50.000,00 € (cinquenta mil euros) à ASSCTMP para participação da respetiva atividade, nos termos do previsto na alínea p) do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Associação dos Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Palmela numerada DADO_DRHO 01_08-15 intervêm:

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** acrescenta que o protocolo define quais são as responsabilidades e competências da Associação dos Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Palmela (ASSCTMP). Contempla também, para além deste subsídio, as responsabilidades que têm para com o Município e para com os seus trabalhadores, assim como os benefícios que a Câmara Municipal tem em parceria com os ASSCTMP.

O **Sr. Presidente** refere que quem está do lado de fora pode achar muito dinheiro, mas acontece que as associações dos serviços sociais dos trabalhadores dos municípios têm um enquadramento legal, nomeadamente o D.L. n.º 13/2011, de 25 de janeiro, que define até uma comparticipação máxima de 3,5% do somatório das remunerações e pensões dos trabalhadores e aposentados inscritos na instituição. Assim, se fosse pela aplicação do máximo previsto por lei, esse apoio seria uma fortuna.

Como é evidente, o Município não pode ir mais além mas, felizmente, concede a possibilidade da Associação dos Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Palmela (ASSCTMP) prestar serviços e de poder fazer alguma receita em instalações municipais, dado que exploram os bares. O caminho deve ser esse, uma vez que os tempos continuam difíceis. Ainda assim a Autarquia já conseguiu chegar aos 50.000 € (cinquenta mil euros).

A verba é principalmente para fazer face a questões de saúde, de assistência e outras mais de apoio, sobretudo, aos trabalhadores mais necessitados. É importante perceber-se isso, porque não é para atividades de cultura e desporto, pois os ASSCTMP até não gastam muito dinheiro com isso.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

GABINETE DE ESTUDOS, PROJETOS E EMPREITADAS

Pela **Sra. Vereadora Adília Candeias** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Empreitada de “Execução da rotunda na EN 379” – Trabalhos a menos - ratificação.

PROPOSTA N.º DAGOT_GEPE 01_08-15.

«A empreitada da execução da rotunda na EN 379, cujo projeto mereceu aprovação por parte das Estradas de Portugal em 23.10.2013 e por parte da Câmara Municipal em 17.07.2013, foi

adjudicada à firma Canana e Filhos a 04.06.2014, pelo valor de 292.636,16 € (duzentos e noventa e dois mil, seiscentos e trinta e seis euros e dezasseis cêntimos) acrescido de IVA.

No decorrer da empreitada registou-se a supressão de alguns trabalhos previstos, fruto do aproveitamento de parte da estrutura de pavimento, ao nível da sub-base e base e de infraestruturas existentes. Desta supressão de trabalhos, que mereceu a aprovação da fiscalização da Estradas de Portugal, S.A., resultou um conjunto de trabalhos a menos, relativamente ao mapa de quantidades de trabalhos inicial.

Por outro lado, já na parte final da empreitada e por solicitação da Estradas de Portugal, S.A., foram propostas algumas alterações à geometria do nó prevista no projeto inicial, com vista a conferir maior segurança rodoviária àquela interseção, juntamente com a supressão dos anteriores trabalhos.

Esta alteração ao projeto, bem como os trabalhos a menos, estão discriminados na informação técnica anexa, a qual faz parte integrante da presente proposta.

Considerando que somente foi possível conhecer todas as implicações resultantes da alteração da geometria da rotunda no passado dia 1 de abril, e assim concluir a elaboração da planta do nó, não foi possível preparar o processo para aprovação em reunião de câmara realizada nesse mesmo dia. Para não atrasar a obra, a alteração à geometria da rotunda e os referidos trabalhos a menos foram aprovadas em 1 de abril pelo Sr. Presidente da Câmara, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, **propõe-se**, nos termos da mesma disposição legal, que a Câmara Municipal ratifique a decisão do Sr. Presidente de aprovar a alteração ao projeto da rotunda na Estrada Nacional 379, bem como os trabalhos a menos no valor de 24.145,08 € (vinte e quatro mil, cento e quarenta e cinco euros e oito cêntimos), perfazendo 8,25% do valor inicial da empreitada.»

Sobre a proposta de Empreitada de “Execução da rotunda na EN 379” numerada DAGOT_GEPE 01_08-15 intervêm:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** especifica que os seus comentários não devem ser entendidos como uma crítica, tanto mais que o que está em discussão são trabalhos a menos e, por se tratar de uma emergência e pelas razões especificadas houve necessidade de o Sr. Presidente proceder à aprovação que agora pretende ver ratificada. Quer deixar registado em ata que continua a considerar insólito o viver num país em que a Câmara Municipal faz uma obra, fiscaliza e paga a mesma, e que no dia 1 de abril, ou seja, a 3 semanas do *terminus* da mesma venha a apresentar-se a informação para haver uma alteração à geometria do nó previsto no projeto inicial. Ocorreu uma reunião de Câmara em que ainda não se sabia bem o que é iria resultar. Mostra-se indignada porque o executivo municipal enquanto órgão foi eleito, mas o Sr. Presidente da EP - Estradas de Portugal, S.A., aliás pessoa por quem tem muita

estima e consideração e que é um fã da igualdade, não foi eleito mas nomeado para o cargo. Considera exacerbados alguns poderes que existem por parte de alguns institutos públicos, bem como a relação institucional que têm com órgãos democraticamente eleitos. A situação é insólita e vergonhosa.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** relembra que na última reunião de Câmara foi falado que iriam ocorrer alterações. A proposta só não foi levada a essa reunião para aprovação, uma vez que estavam a ser negociados com o empreiteiro os ditos trabalhos a mais e a menos.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** menciona que se alguém é culpada de algo é a EP - Estradas de Portugal, S.A. e não a Câmara Municipal de Palmela.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** concorda em pleno.

O **Sr. Presidente** refere que o Município lançou uma empreitada há muitos meses, depois de 2 anos de intensas negociações com a EP - Estradas de Portugal, S.A. (EP). Foi muito difícil de contratualizar um protocolo e fechá-lo juridicamente apesar de se tratarem só de responsabilidades e encargos para a Câmara Municipal numa obra a executar numa estrada nacional, cuja responsabilidade de intervenção é da EP.

Explica que, depois das aprovações feitas por parte das Estradas de Portugal, ocorreram alterações na EP e, como consequência, o interlocutor - Diretor da Delegação de Setúbal da EP - reformou-se. Daí em diante, houve duas Diretoras da EP da área de Lisboa, porque entretanto deixou de haver delegações distritais. De cada vez que a Autarquia reunia com a EP eram comunicadas alterações. O percurso foi muito difícil, mas está terminado. O que importa é a entrada em funcionamento do nó em questão.

Concorda com as afirmações feitas pela Sra. Vereadora Natividade Coelho, pois esses organismos são um "Estado" dentro do Estado. Por exemplo, a Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E., a EP e a EDP - Energias de Portugal, S.A. (que já não é "Estado"), acabam, muitas das vezes, por fazer a "vida negra" a quem tem vontade de trabalhar. Eles arrogam-se a querer mandar mais do que quem foi eleito. Todos os dias a Autarquia tem problemas dessa natureza. Umas vezes corre melhor, noutras corre menos bem. O caso em apreço foi na verdade um processo muito atribulado e ainda não acabou. Declara publicamente que o caricato é que, nesta altura, ainda não foi assinado o protocolo com a EP. Mas, caso a EP pretenda alterações, a Autarquia já não as consentirá, porque a empreitada está concluída. No meio de tudo "salvaram-se" 24.000 euros.

Menciona que o ato de ratificação está previsto na lei, em casos em que o presidente pode ratificar obras e decisões dessa natureza de valores até cerca de 700.000 euros. Pese embora a maioria em exercício tenha deliberado no início do mandato a proposta da delegação de competências no Presidente da Câmara, e independentemente de o presidente ter competência legal para fazê-lo sozinho, considera importante que o executivo camarário se pronuncie como

um todo, para que perceba, escrutine e discuta, e desta forma, promove-se a transparência. É também uma forma diferente de fazer política.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro às instituições parceiras do 50⁺ - Programa de exercício.

PROPOSTA N.º DEIS 01_08-15.

«Desde a implementação do “+60” - Programa Municipal de Atividade Física, em 1996, que algumas das aulas de Atividades Gímnicas e Dança decorrem em instalações de instituições parceiras, com o objetivo de possibilitar a todos os participantes do Programa a realização das atividades físicas perto da sua área de residência. As instalações são cedidas gratuitamente pelas entidades parceiras.

Este modelo de funcionamento mantém-se, apesar da reestruturação realizada ao Programa, em 2012, que resultou na criação do 50⁺ - Programa de Exercício, em parceria com a Palmela Desporto, E.M..

Estando identificado o importante papel das instituições parceiras no desenvolvimento do Programa, reconhece-se que este representa custos acrescidos ao seu funcionamento, nomeadamente com eletricidade e limpeza das instalações.

Neste sentido, e de acordo com o número de aulas semanais e com a alínea u) do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição dos seguintes apoios financeiros:

- Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela – 400,00 €;
- Clube Portais da Arrábida – 265,00 €;
- Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano - 265,00 €;
- Sociedade Recreativa e Instrutiva 1.º Janeiro, Lagoa do Calvo - 265,00 €,

os quais se destinam a compartilhar as despesas com eletricidade e limpeza decorrentes da utilização das instalações por parte das aulas de Atividades Gímnicas e Dança do 50⁺ - Programa de Exercício, durante a época 2014-2015.»

Submetida a proposta, a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Sociedade Recreativa e Cultural do Povo – Bairro Alentejano para a realização da 18.ª estafeta de Palmela e da 14.ª mini-estafeta no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Atletismo.

PROPOSTA N.º DEIS 02_08-15.

«A Sociedade Recreativa e Cultural do Povo - Bairro Alentejano irá realizar, no dia 31 de maio de 2015, a 18.ª estafeta de Palmela e a 14.ª mini-estafeta, provas de corrida a pé, por equipas, em estrada.

A Estafeta é disputada em circuito por quatro atletas dos escalões de seniores e veteranos, num total de 21.400 metros, percorrendo algumas zonas da Freguesia de Quinta do Anjo entre o Bairro Alentejano e a Autoeuropa. A mini-estafeta disputa-se entre o Bairro Alentejano e o Bairro dos Marinheiros com quatro percursos num total de 6.000 metros e destina-se a jovens de ambos sexos, com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos.

Para ambas as provas prevê-se a participação de cerca de 50 equipas e 200 participantes numa iniciativa que no Concelho de Palmela é a única competição que reúne o maior número de participantes em provas desta natureza. Considerando que se trata de um evento desportivo que reúne equipas de diversas localidades do país, atrai alguns visitantes e torna-se um relevante meio de promoção desportiva e turística do nosso concelho.

O evento desportivo encontra-se integrado no Plano Anual de Atividades do Programa de Desenvolvimento do Atletismo sendo, por isso, também apoiado pela autarquia ao nível técnico e logístico. Para fazer face ao orçamento previsível da despesa, no valor de 6.900,00 € (seis mil e novecentos euros), a organização conta com a colaboração de várias entidades públicas e privadas.

Assim, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição de um apoio financeiro, no valor de 350,00 € (trezentos e cinquenta euros), à Sociedade Recreativa e Cultural do Povo – Bairro Alentejano para comparticipar nos custos com a organização da 18.ª Estafeta de Palmela e da 14.ª mini-estafeta.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Sociedade Recreativa e Cultural do Povo – Bairro Alentejano numerada DEIS 02_08-15 intervêm:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** esclarece que o apoio logístico é bastante vasto. O que está em causa é a disponibilização de uma viatura de 50 lugares; colocação de baias, pódio, conceção e impressão de 600 regulamentos; disponibilização de contentores de 800 litros, baldes do lixo de duas rodas, limpeza do espaço exterior à sede, uma carrinha de 16 lugares para distribuir pelos juizes, uma viatura para a distribuição das baias, uma viatura de som para acompanhamento das provas e a comunicação. O apoio logístico e técnico é muito superior e

não está contabilizado. Como o Sr. Presidente já referiu no início da reunião, se a Autarquia tivesse contabilidade analítica, com certeza que o valor seria completamente diferente.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** apresenta cumprimentos.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que tencionava apresentar algumas notas, mas que acabaram por ser coincidentes com a intervenção do Sr. Presidente da coletividade em questão.

Ressalva que existem algumas discrepâncias entre o montante solicitado e o apoiado, e entre os valores de despesa que a atividade apresentou até 2012 e aquele que foi o apoio concedido pela Autarquia. Para além disso, é inegável a *décalage* existente na presente data, não obstante a atividade custar presentemente menos de metade do que costumava ser apresentado em despesas gerais. Normalmente eram solicitados 15.000 euros que contrastavam com os 6.900 euro deste ano. Dos 15.000 euros que eram solicitados anteriormente, a Autarquia sempre apoiou entre 17% a 27% desse montante, com exceção da interrupção da edição em 2013. Demonstra preocupação pelo apoio concedido (apenas 5% do solicitado), até porque pode pôr em causa a própria sustentabilidade da realização da atividade.

Os Vereadores do PS aliam-se à apreensão evidenciada pelo Sr. Presidente da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano na intervenção que fez no período destinado à "Intervenção do Público". Não obstante, os eleitos do PS votarão a favor da proposta, mas fazendo referência as dúvidas que decorrem relativamente ao apoio concedido. Uma diferença tão grande em termos orçamentais não pode representar aquilo que o projeto é no terreno, ou então, existe um erro de alguma das partes na forma como quantifica a atividade em si. Veja-se que a diferença é muito grande para a mesma atividade comparativamente com o que foi apoiado em anos anteriores.

Quanto à logística, importa realçar que esta é sempre uma despesa, ou seja, um investimento de erário público. É algo que, na opinião dos Vereadores do PS e como referenciado pelo Sr. Presidente, urge ser quantificado em futuras propostas, até mesmo para que as associações/coletividades percebam qual a totalidade do apoio que recebe da Autarquia e compará-los com o apoio concedido a outras instituições.

Referindo-se à intervenção do Sr. Vereador Pedro Taleço, o **Sr. Presidente** opina que é muito "giro" fazer este tipo de considerandos, sobretudo quando, por vezes, se dizia há alguns tempos atrás que o mundo mudou. Todas as instituições viram-se obrigadas a formular projetos e a fazer as suas atividades de forma diferente. As organizações são livres de apresentar orçamentos que até podem ser de montantes muito superiores, mas as Autarquias não podem ir atrás dos projetos. O que está em causa não é a questão de o Município participar numa determinada percentagem. Imagine-se que uma associação "x" fazia a opção de trazer a banda *Pink Floyd* num determinado ano. Por essa lógica, o subsídio com dinheiro do erário público tinha de acompanhar percentualmente o valor do concerto.

Considera que há muitas formas de fazer provas desportivas. As organizações devem garantir a sua autossustentabilidade. Está disponível para discutir o que é o fomento desportivo com o Sr. Vereador Pedro Taleço, com o Sr. Presidente da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano e com quem promove o atletismo. As pessoas tendem a comparar com a Associação Académica Pinhalnovense e gostam de “mandar a boca” do Pinhal Novo. Insinuem que é pelo facto de o Presidente da Câmara ser do Pinhal Novo, mas quem faz esse tipo de considerandos está redondamente enganado. É preciso obedecer a critérios de seriedade: quantos atletas praticam a modalidade e quantos vão a campeonatos. Não se trata de uma única prova. Se a Autarquia no passado concedeu mais apoio financeiro do que aquele que concede atualmente, é porque tinha Orçamento para tal. Recorda que a Câmara Municipal de Palmela tinha Orçamentos de 60 milhões de euros, e atualmente é de 40 milhões de euros. Está tudo explicado. Pese embora esteja expetante que a proposta possa ser votada por unanimidade, ainda assim, é necessário moralizar o discurso sobre este tipo de matérias.

Quanto ao projeto em apreço, defende que é urgente reformulá-lo, procurar mecenas. Relembra que o executivo municipal tem aprovado em reuniões de Câmara a aceitação de doações porque o Município, para manter projetos emblemáticos do concelho, como o Festival Internacional de Gigantones (FIG) ou a Feira Medieval, fez um esforço para vender o produto junto de algumas empresas, fazendo com que elas financiem esses projetos - desse modo não se prejudicam outras intervenções que fazem falta e que são reclamadas. O mesmo tem sido feito em relação aos projetos das coletividades do concelho. O paradigma precisa mudar porque, de facto, não há dinheiro para conceder o apoio de anos anteriores. O apoio logístico tem de ser contabilizado. Há quem ache pouco a cedência de um autocarro, mas as pessoas que alugam os autocarros para irem a determinado evento sabem quanto é que custa um autocarro por dia. A Autarquia também tem vindo a fazer essa contabilidade e, no final das atividades, remete um ofício para as associações a informar o valor aproximado do apoio prestado para que, dessa forma, possam compreender as verbas que estão envolvidas. Quando se afirma que a Câmara só deu “x”, é bom que se compreenda que o apoio logístico custou muito mais e é uma despesa que vem classificada nas despesas correntes da Câmara. Há, ainda, quem acuse as câmaras de gastarem muito em funcionamento e investirem pouco, mas esquecem-se que as câmaras trabalham, também, para e com as associações e que isso é também investimento.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** esclarece que o montante de 6.900 euros é uma estimativa feita pela Autarquia e não do pedido de apoio formulado pela Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano. Não existe prestação de contas em relação àquilo que são efetivamente os ganhos obtidos pela Sociedade Recreativa e Cultural em questão e, eventualmente, dever-se-ia avançar para essa obrigatoriedade. Além disso, cabe à coletividade trabalhar no sentido da diversificação do financiamento.

Aproveita para informar que a Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano tem três programas de desenvolvimento desportivo, nomeadamente: ginástica, judo e atletismo, tendo a Autarquia, recentemente, concedido 4.800 euros para a prática da ginástica. A atividade mais importante da coletividade, do ponto de vista desportivo, é sem sombra de dúvida a ginástica, facto que faz com que a Autarquia conceda transporte para os ginastas puderem participar no PORTUGALGYM - Gymnaestrada Nacional, evento que ocorre com a duração de 3 dias. Trata-se de uma exceção no que à concessão de transporte diz respeito, porque mais nenhuma coletividade do concelho é apoiada dessa forma, mas a Câmara Municipal considera que essa exceção se justifica e, assim, contribui para a qualificação e dignificação do trabalho da coletividade.

O **Sr. Presidente** está ciente que as questões dos apoios ficam sempre aquém do desejável, mas o caminho a percorrer passa pela reformulação dos projetos. O Município viu-se 'obrigado' a isso, porque chegou a ter iniciativas em que despendia 80.000 euros e que, atualmente, são realizadas com 10.000 euros, sendo que estas sobrevivem.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de Palmela – Festa das Vindimas.

PROPOSTA N.º DCCT 01_08-15.

«Com a aprovação das contas referentes a 2014, a Associação das Festas de Palmela – Festa das Vindimas, solicitou à Câmara Municipal a antecipação da atribuição do apoio financeiro que habitualmente é prestado a este evento do nosso concelho, justificando-o com a *“necessidade de gestão de tesouraria, e de melhor negociação dos recursos face às diversas circunstâncias de oferta no mercado”*.

A Festa das Vindimas são um evento de grande projeção cultural e turística e promoção do nosso território e da atividade vitivinícola, com particular destaque para o Moscatel, tendo a Associação das Festas de Palmela vindo a desenvolver um importante trabalho de valorização da Festa, o qual tem tido clara expressão no número de visitantes que nos seis dias do certame acorrem à Vila de Palmela.

O pedido que a Associação apresenta à Câmara, permitirá gerir os movimentos de tesouraria de forma mais equilibrada, considerando que a generalidade dos recebimentos acontecem no período das festividades e as despesas iniciam-se antes desse período. Esta tem sido uma

prática habitual nos últimos anos, tendo representado benefícios para a organização, com redução de alguns custos, ou a amortização de pagamentos em atraso.

Pretende a direção da Associação manter a linha de programação e de dinamização da Festa das Vindimas, tendo expressado a intenção de apresentar propostas de organização do espaço que contribuam para uma melhor gestão do mesmo.

Assim, e respondendo à solicitação apresentada, **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea u) do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoio financeiro, no valor de 22.000,00 € (vinte e dois mil euros) à Associação das Festas de Palmela – Festas das Vindimas, como comparticipação financeira à realização das Festa das Vindimas 2015, com pagamento em duas tranches de 11.000,00 € (onze mil euros) cada, uma em abril e outra em agosto do corrente ano.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de Palmela – Festa das Vindimas numerada DCCT 01_08-15 intervém:

O **Sr. Presidente** regista que, no caso do apoio em apreço, os subsídios também já foram muito superiores, constatando-se que por ora existe estabilidade. Considera que as associações estão a conseguir criar, também elas, equilíbrio nas suas opções.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 8 – Apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para realização da 20.ª Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão em Fernando Pó e Feira de Vinhos do Concelho de Palmela.

PROPOSTA N.º DCCT 02_08-15.

«A Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão em Fernando Pó realiza-se nos dias 8, 9 e 10 de maio, na Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó.

Na sua 20.ª edição, a Mostra de Vinhos assume novos desafios, procurando captar novos públicos, numa visão ambiciosa de evolução da iniciativa.

Assumindo-se como o principal evento sociocultural que se realiza em Fernando Pó, a comissão organizadora decidiu introduzir algumas mudanças no formato do evento, contribuindo para a sua função de espaço de partilha entre o rural e o urbano, onde os visitantes podem interagir com enólogos e produtores, e trocar impressões acerca dos vinhos.

Para além dos espaços habituais de promoção de vinhos, de gastronomia, de exposição de alfaia e equipamentos e de animação, a mostra recebe, no corrente ano, a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal que irá apresentar algumas novas propostas enoturísticas.

As iniciativas previstas para o programa do evento, irão estender-se a algumas adegas das imediações que se constituirão como espaços de animação e divulgação de vinhos, incluindo também atividades como passeios pedestres e de BTT às vinhas circundantes.

Com a evolução prevista para o evento, a Mostra pretende difundir e acrescentar valor aos projetos enoturísticos destas freguesias, para além do papel incontornável na divulgação e promoção dos melhores vinhos da região, que desenvolve há 20 anos e que afirmou “Fernando Pó” como terra de vinhos.

A organização decidiu também alargar o âmbito do concurso de vinhos da colheita, que deixa de estar confinado às freguesias de Poceirão e Marateca, para passar a receber todas as adegas do concelho que aqui queiram apresentar os seus produtos.

A habitual sessão de trabalho que se realiza na manhã de sábado incide, este ano, sobre o enoturismo. Todos os produtores serão convidados a discutir as vantagens e desvantagens que a diversificação das atividades económicas podem constituir para os produtores.

Como esta iniciativa tem custos muito elevados, a organização, constituída pela Comissão da Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão, em Fernando Pó e pela Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, solicitou o apoio da Câmara Municipal de Palmela.

Assim, face ao exposto e de forma a colmatar parte das despesas da organização deste evento, e para além do apoio logístico que a autarquia também assegura, **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea u) do nº 1, do art.º 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de 3.200,00 € (três mil e duzentos euros) à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó.»

Sobre a proposta de Apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para realização da 20.ª Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão em Fernando Pó e Feira de Vinhos do Concelho de Palmela numerada DCCT 02_08-15 intervêm:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** questiona sobre se é inovação a prática de BTT nas vinhas.

O **Sr. Presidente** esclarece que está em voga e o pessoal do BTT e do cicloturismo da zona tem por costume ir a Fernando Pó porque, ao que parece, existe por lá um ponto de abastecimento. Por acréscimo, a Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão e a Feira de Vinhos do concelho de Palmela passa a ter também mais visitantes.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca da uma hora e trinta minutos do dia dezasseis de abril de dois mil e quinze, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco